



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**MARCOS ANTÔNIO BASTOS CANÁRIO DO
NASCIMENTO**

**ENSINO DE HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E
TECNOLOGIA:**

**Reflexões sobre conteúdos referentes à América
portuguesa disponibilizados em sites educacionais.**

SÃO CRISTÓVÃO / 2015

**MARCOS ANTÔNIO BASTOS CANÁRIO DO
NASCIMENTO**

**ENSINO DE HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E
TECNOLOGIA:**

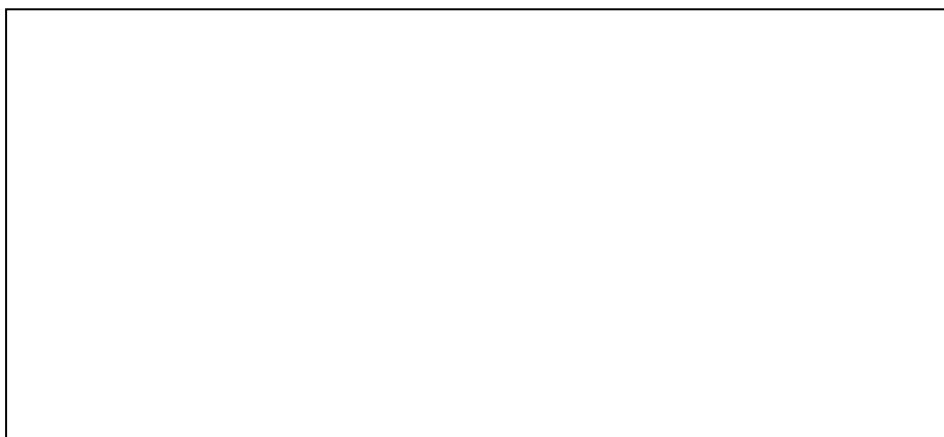
**Reflexões sobre conteúdos referentes à América
portuguesa disponibilizados em sites educacionais.**

Monografia apresentada à Universidade Federal
de Sergipe – UFS, para obtenção do grau de
Licenciatura Plena em História.

Orientadora: Prof^o Dra. Edna Maria Matos
Antônio

SÃO CRISTÓVÃO / 2015

Catálogo na fonte elaborada pela Equipe Técnica da
Biblioteca da Universidade Federal de Sergipe



AGRADECIMENTOS

A Ciência

A minha família, de forma especial aos meus avós Gildete e Agenor e a minha esposa pela confiança e apoio.

A minha orientadora e a todos os professores que fizeram parte da minha vida.

Aos amigos e colegas de curso que estiveram juntos por toda essa jornada.

“A mente que se abre a uma nova ideia jamais
retornará ao seu tamanho original.”

(Albert Einstein)

RESUMO

Baseado na importância das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação para a sociedade atual, essa monografia analisa o conteúdo veiculado por quatro sites didáticos sobre a História do “Brasil Colonial”, buscando compreender se os mesmos estão adequados às novas correntes historiográficas, auxiliando assim profissionais da educação e alunos.

Palavras-chaves: Educação. Historiografia. Internet.

ABSTRACT

Based on the importance of New Information and Communication Technologies for today's society, this monograph analyzes the content posted four learning sites on the history of "Brazil Colonial", trying to understand whether they are adequate to the new current historiography, thus helping professionals education and students.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANCUR - Alto Comissariado das Nações Unidas Para Refugiados

CDI - Comitê para Democratização da Informática

Conare - Comitê nacional para refugiados

EMC - Educação Moral e Cívica

FFCLs - Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras

Ibase - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MEC - Ministério da Educação

NTIC - Novas Tecnologias de Informação e Comunicação

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

Ongs - Organização não governamental

PCN - Parâmetro Curricular Nacional

PISA - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios

PNLD - Plano Nacional do Livro Didático

Proinfo - Programa nacional de informática na educação

Prouca - Programa um computador por aluno

SEI - Secretaria Especial de Informática

UIT - União Internacional das Telecomunicações

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - A EDUCAÇÃO NO BRASIL E A INCLUSÃO DIGITAL	14
1.1 - Educação no Brasil contemporâneo	14
1.2 - Inclusão digital como subsídio para a melhoria da qualidade educacional	18
1.3 - Aprendizagem e conhecimento na era digital	19
1.4 - A internet como recurso didático para a aprendizagem	25
1.5 - A atuação do profissional da educação nesse processo	29
 CAPÍTULO 2 - ENSINO DE HISTÓRIA E PESQUISA ESCOLAR: APRENDENDO A APRENDER	 32
2.1 - Síntese histórica sobre a educação brasileira	32
2.2 - O Ensino de História em perspectiva histórica	35
2.3 - A importância da História para o indivíduo e a sociedade	39
2.4 - Pesquisa escolar como subsídio para a autoaprendizagem	43
2.5 - O ensino de História e a historiografia brasileira	49
 CAPÍTULO 3 - REFLEXÕES SOBRE CONTEÚDOS REFERENTES À AMÉRICA PORTUGUESA DISPONIBILIZADOS EM SITES EDUCACIONAIS	 58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71
REFERÊNCIAS NA INTERNET	73

INTRODUÇÃO

Segundo o dicionário eletrônico Aurélio, educação é o “Conjunto de normas pedagógicas tendentes ao desenvolvimento geral do corpo e do espírito.” Para a UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, é “um direito humano fundamental e essencial para o exercício de todos os direitos.” No Brasil, a partir da Promulgação da Constituição Federal de 1988, conhecida como constituição cidadã, a educação passou a ser considerada direito de todos e dever do Estado e da família. Ainda, segundo a Constituição, a educação brasileira visa o pleno desenvolvimento da pessoa, o seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho.

Um dos desafios da educação contemporânea reside em assimilar a difusão da internet, iniciada a partir dos anos 90, e atualmente um ponto fundamental na sociedade, influenciando as suas mais diferentes esferas, incluindo, claro, a escola.

A motivação pessoal que me estudar essa questão foi perceber que (ainda que subjetivamente) uma parcela dos alunos não utiliza toda a capacidade informacional que a internet dispõe e quando utiliza, em muitos casos, se deparam com páginas de baixa qualidade e pouco confiáveis.

Com a intenção de mapear como crianças e adolescentes estão utilizando a internet, o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI) realizou a pesquisa TIC Kids Online, os resultados apontam que a principal atividade realizada por eles é acessar redes sociais (73%). O Facebook é a rede preferida e conta com o perfil de oito em cada 10 jovens entrevistados (eram 43% em 2012), e quanto mais alta a classe social, maior o número de jovens com perfil nas redes sociais (85% nas classes A e B e 69% na classe D e E).

Fazer trabalhos escolares é a segunda atividade mais feita na internet, com 68% dos jovens admitindo que usam a rede para ajudar na escola. Pesquisas em geral e uso de mensagens instantâneas ocuparam o segundo e terceiro lugar, respectivamente. Metade dos jovens disse que ouve música ou vê vídeos. Pouco mais de 40% posta fotos e vídeos em redes sociais (43%), jogam sozinhos (42%) ou baixa aplicativos gratuitos (41%). Para a pesquisa, foram entrevistados 2.015 crianças e adolescentes usuários de Internet com idades entre 9 e 17 anos em todo o território nacional, entre outubro de 2014 e fevereiro de 2015.

Atualmente, a principal ferramenta utilizada pelos alunos como fonte de suas pesquisas escolares é a internet, mas o conteúdo é de qualidade? Qual modelo historiográfico é adotado? Esses sites realmente contribuem para uma aprendizagem significativa? Essa pesquisa se atém a análise de quatro sites que abordam temas relacionados à História, mais especificamente a História colonial brasileira, tradicionalmente delimitada entre 1500 e 1808. Essa escolha se deu em função do elevado número de visitantes que acessam esses sites, incluindo muitos jovens que buscam auxílio para suas pesquisas escolares.

A partir dessas indagações pretendeu-se analisar o conteúdo veiculado nesses sites, de forma a perceber se os mesmos refletem as novas correntes historiográficas ou se estão baseados em pressupostos da historiografia tradicional. Especificamente queremos:

- Perceber se os sites estimulam a reflexão/problematização ou são apenas narrativo-descritivo.
- Demonstrar se os diferentes sujeitos históricos são apresentados e interpretados.

A metodologia utilizada foi baseada em consultas realizadas em variadas obras disponíveis na internet, livros com temas relacionados à educação, obras sobre a historiografia contemporânea, com destaque para a historiografia brasileira, além de materiais relacionados à utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação.

Os quatro sites analisados foram indicados pelo buscador “Google” e selecionados por terem um elevado número de acessos, trabalharem a temática buscada e por serem direcionados a estudantes de variados níveis escolares, de modo que preencham todos os requisitos básicos para serem incluídos na pesquisa.

Assim, a análise desenvolvida está organizada em quatro capítulos. O primeiro é nomeado *"A educação no Brasil e sua relação com a inclusão digital"*, onde discutiremos a educação brasileira contemporânea e a responsabilidade das instituições de ensino e dos professores no processo de inclusão digital.

O segundo capítulo é intitulado de *"Ensino de História e pesquisa escolar. Aprendendo a aprender."*, apresentaremos a importância do ensino de História para o pleno desenvolvimento, a importância da pesquisa escolar como auxiliar para a autoaprendizagem e os variados modelos historiográficos utilizados na pesquisa histórica.

No terceiro capítulo *"Reflexões sobre conteúdos referentes à América Portuguesa disponibilizados em sites educacionais."*, analisamos quatro sites previamente selecionados, percebendo se os mesmos contribuem de forma significativa para o desenvolvimento da aprendizagem.

Considera-se, assim, que este trabalho possui uma dupla importância. Por um lado, auxiliar os profissionais em educação a refletirem sobre o papel das pesquisas escolares de modo a desenvolver a autoaprendizagem, tornando o aluno um participante

ativo, criativo e crítico. Por outro, como parâmetro para se debater possíveis distorções contidas nas páginas analisadas, buscando contribuir para uma melhoria da qualidade desses conteúdos de modo geral.

CAPÍTULO 1

A EDUCAÇÃO NO BRASIL E A INCLUSÃO DIGITAL

1.1 - Educação no Brasil contemporâneo

O sistema educacional brasileiro possui uma estrutura determinada pela Lei nº 9394, publicada em 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A Lei de Diretrizes e Bases é a lei orgânica e geral da educação brasileira e como o próprio nome diz, ditam as diretrizes e as bases da organização do sistema educacional público e privado no país. Em seu primeiro artigo a LDB define, "A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais."

Atualmente, são inegáveis as melhorias e os avanços do sistema educacional em nosso país, principalmente no que se refere à universalização do acesso à escola, de acordo com a mais recente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), divulgada em setembro de 2013, a universalização alcançou um índice de 98% das crianças entre 6 e 12 anos, porém esses 2% ainda restantes representam 731 mil crianças fora da escola. Entre 15 e 17 anos, o índice evoluiu de 47,5% em 2004, para 59,5%, apesar da evolução 1,7 milhões ainda estão fora da escola, entre os matriculados 35,2% ainda frequentam o ensino fundamental. A taxa de analfabetismo de pessoas com mais de 15 anos caiu de 20,1% para 13,6 %, entre 1991 e 2000. Em 2013, a taxa de analfabetismo foi estimada em 8,7%, o que correspondeu ao contingente de 13,2 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais. O Nordeste concentra 53% das pessoas que não sabem ler ou escrever,

apesar da queda de 17,4% em 2012, para 16,6% em 2013. A região Sul registrou a menor taxa de analfabetismo, com 4,2% do total.

A expansão do ensino integral é um dos grandes destaques do Censo Escolar da Educação Básica de 2013, o Censo revela que, desde 2010, o número de matrículas em educação integral no ensino fundamental cresceu 139%, chegando a 3,1 milhões de estudantes, considerando-se educação integral a jornada escolar com sete ou mais horas de duração diária. O Censo destaca ainda a evolução de matrículas em creches, que obteve um crescimento de 72,8%, passando de 1.579.581 para 2.730.119 no período entre 2007 e 2013, ainda assim um número insuficiente para atender a demanda necessária pela população, afetando principalmente as mulheres. Na educação profissional, o número de matrículas foi de 1,4 milhões, sendo 749.675 na rede pública. A rede federal impulsionou o crescimento de toda a rede pública, uma vez que o número de alunos nas instituições federais cresceu 8,4%, entre 2012 e 2013, chegando a 228.417 matrículas. As 50 milhões de matrículas da Educação básica no país estão concentradas nas redes municipais, com 46% dos Alunos, e estaduais representando 36%. O sistema federal é responsável principalmente pela oferta do Ensino Técnico e possui 0,6% dos alunos, enquanto os colégios particulares respondem por 17% da oferta.

Na prática, observamos que mais pessoas conseguem se matricular nas escolas, os índices apresentam melhorias consideráveis, porém isso não garante que consigam sair com uma formação plena. A qualidade e as condições para o ensino ainda apresentam muitos problemas que afetam o cotidiano de alunos, professores, pais e todos aqueles que se relacionam com o sistema escolar brasileiro, ou seja, toda a sociedade. Pode-se concluir que apesar de todos os avanços já alcançados, a educação no Brasil ainda tem muitos aspectos em que melhorar principalmente no que se refere à valorização e qualificação do professor e a melhoria estrutural das escolas, que

influenciariam positivamente na qualidade da educação brasileira. Segundo Schwartzman, "até recentemente, acreditava-se que os problemas centrais da educação brasileira eram a falta de escolas, as crianças que não iam à escola e a carência de verbas. (...) Atualmente os principais problemas são a má qualidade das escolas e a repetência" (2005, p.9).

Como parâmetro sobre a qualidade da educação brasileira, utilizo a pesquisa aplicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que avalia o rendimento dos estudantes de nível socioeconômico mais alto e mais baixo na Prova Brasil, avaliação oficial do Governo Federal para medir o desempenho em Português e Matemática a cada dois anos.

Com base nos dados, conclui-se que a diferença de desempenho entre as escolas públicas mais pobres e mais ricas aumentou desde 2005. Entre 2005 e 2013, a diferença do desempenho na prova entre os 20% com nível socioeconômico mais baixo e os 20% com nível socioeconômico mais alto para o 5º ano em Língua Portuguesa foi de 20,34, em 2013 foi de 42,7, um aumento de 110% de diferença. O mesmo problema foi constatado no ensino de Matemática, a diferença saltou de 20,93 para 47,97 pontos, um acréscimo de 139%. No 9º ano a desigualdade também cresceu, mas em menor escala, em Português a diferença aumentou em torno de 14%, já em Matemática o crescimento foi de 16%. Em ambos os níveis o desempenho não foi considerado satisfatório. O “Movimento Todos Pela Educação” considera que, nos anos iniciais, os estudantes deveriam ter obtido, no mínimo, 200 pontos em Português e 225 em Matemática, as notas ficaram em 182 e 205 pontos respectivamente. Nos anos finais, as notas mínimas deveriam ter sido 275 pontos em Língua Portuguesa e 300 em Matemática, mas nossos jovens alcançaram 237 e 242 respectivamente.

Os dados da Prova Brasil demonstram que o aumento na diferença das notas ocorre principalmente pela dificuldade das escolas com alunos mais pobres progredirem, já que não houve uma melhoria nas notas dessa parcela dos alunos. Constata-se que apesar das melhorias e dos esforços, a qualidade da educação no Brasil, de modo geral, está aquém das expectativas e das necessidades.

É fácil constatar que a má qualidade da educação brasileira atinge principalmente a população com menor poder econômico, e que, conseqüentemente, apesar de não ser uma regra, advém de famílias com menor grau de escolarização formal, tornando-se assim um processo cíclico. Esse fato relaciona-se diretamente com as condições apresentadas pelas escolas públicas de nível fundamental e médio que, de modo geral, possuem uma qualidade inferior as escolas privadas, frequentadas, em sua maioria, por alunos pertencentes às classes econômicas mais favorecidas. Selva Fonseca afirma que,

A universalização do direito à educação escolar no mundo e a ampliação do acesso à escola pública no Brasil, nos últimos anos, provocaram a passagem de um antigo sistema de ensino de elite, para uma escola de massas, acentuando as desigualdades de desempenho escolar segundo a origem social. (2003, p.31).

Nessa perspectiva, os professores são profissionais essenciais no processo de mudança. Sobre essa temática Elenice Andersen apresenta uma visão fundamental para a compreensão do tema:

(...) o problema se agrava quando os determinantes socioeconômico-culturais tendem a ser naturalizados, não só pelos profissionais da escola, mas também pelos pais, alunos e comunidade, pela crença de que alunos menos favorecidos são fadados ao fracasso ou a uma capacidade de sucesso muito baixa, salvo poucas e excepcionais exceções; e, por essa razão, seria aceitável um padrão de aprendizagem inferior. (2013, p.20-21).

Outro problema se refere à mentalidade de parte da população, preocupante principalmente no caso dos jovens/alunos, que não valorizam a escola como fator fundamental para o pleno desenvolvimento, considerando a escola uma mera obrigação social.

1.2 - Inclusão digital como subsídio para a melhoria da qualidade educacional

Uma das possibilidades para a diminuição das desigualdades socioculturais é a inclusão digital, que é considerada um importante fator para a melhoria na qualidade da educação escolar. Sobre a relação entre o domínio tecnológico, principalmente por parte dos jovens e a diminuição das desigualdades, Andersen afirma,

Se reconhecermos o impacto das novas tecnologias da informação e da comunicação no desenvolvimento social e cultural, entendemos o papel da escola em contribuir para a superação das desigualdades. É, sem dúvida, um grande desafio que se apresenta a essa instituição, desafio esse que depende de uma boa formação, de capacitação e aperfeiçoamento dos professores. (2013, p.15).

Em 1979, o importante educador Paulo Freire, na obra "*Educação e Mudança*" já se antecipava a essas discussões, tendo como centro do debate o professor, ele afirma, "Se o meu compromisso é realmente com o homem concreto, com a causa da humanização, de sua libertação, não posso por isso mesmo me prescindir da ciência, nem da tecnologia, com as quais vou me instrumentando para melhor lutar por essa causa." (1979, p.22-23).

É importante observar que a simples incorporação dessas tecnologias nas escolas não é sinônima de inclusão digital. A introdução dessas ferramentas, dissociadas de uma reflexão sobre os usos reais e necessários para o exercício da cidadania e do

conhecimento da realidade na qual se insere, não garantem que os objetivos serão alcançados. (ANDERSEN, 2013).

A realidade da educação brasileira se apresenta de forma complexa, apresentando desafios e problemas que se relacionam com o contexto econômico, político, social e cultural do nosso país. A origem desse processo deve ser analisada a partir de um contexto histórico amplo, de "longa duração", visando assim fornecer indícios que possibilitem compreender permanências e rupturas nesse processo, para isso é necessário realizar uma reflexão sobre o desenvolvimento da educação no Brasil.

1.3 - Aprendizagem e conhecimento na era digital

Seguindo a linha de raciocínio de Andersen, fica evidente o papel fundamental da escola em contribuir para a superação das desigualdades sociais, principalmente nas regiões já marcadas por baixos índices de desenvolvimento, impedindo assim o aumento da desigualdade em relação às regiões mais desenvolvidas. Para Jorge Martínez (2004), o grande desafio do setor educativo, que antes não existia, é evitar que a introdução das NTIC (Novas Tecnologias de Informação e Comunicação) gerem mais diferença entre aqueles que têm e aqueles que não têm acesso a elas, tanto na comunidade como na escola [TEDESCO (Org.); BERLINER; LEITE, 2004]. Confirmando o papel da escola e do professor nesse processo Vani Kenski escreve que, "a democratização do acesso ao conhecimento e ao uso das novas tecnologias passa pela necessidade de que as escolas públicas tenham condições de oferecer com qualidade essas atividades e possibilidades tecnológicas aos seus alunos." (2008, p.72). E Kensky ainda vai além ao comentar os desafios para a atuação da escola nesse contexto, "Viabilizar-se como espaço crítico em relação ao uso e à apropriação dessas tecnologias

de comunicação e informação." (2008, p.72). Em outras palavras, não basta disponibilizar o acesso, mas instruir de forma a capacitar o aluno para fazer uso consciente das TIC's. De forma enfática Schneider e Alves afirmam,

Enquanto a Educação não se apropriar plenamente da Internet e das tecnologias que a suportam para ensinar e aprender de forma autônoma e colaborativa vai-se continuar a reproduzir as condições que resultam na gritante desigualdade social existente no Brasil: brasileiros digitalmente incluídos e brasileiros digitalmente excluídos. Em outras palavras, somente aqueles que participam de um processo educacional que lhes propicie aprender usando as tecnologias digitais, viverão as benesses da Era do conhecimento. (2012, p.330)

A internet surgiu na década de 1960 durante a chamada "Guerra Fria", quando os dois blocos ideológicos e politicamente antagônicos, Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), exerciam enorme controle e influência no mundo. O governo dos Estados Unidos da América, reconhecendo a importância das inovações nos meios de comunicação, buscava uma forma de comunicação militar entre seus diferentes centros estratégicos que fossem capazes de resistir a um ataque nuclear, o conceito dessa ideia se baseia em um sistema descentralizado, permitindo que a rede funcione mesmo com a destruição de uma ou mais máquinas. Inicialmente restrita aos círculos militares e acadêmicos, já na década de 1970, as universidades começaram a se conectar, mudando o objetivo principal da nova tecnologia, mas a internet só foi começar a se popularizar no final da década de 1980, com a abertura da rede para interesses comerciais, nas décadas de 1990 e 2000, com o surgimento de novos aportes tecnológicos, a internet se populariza e alcança o status que atingiu atualmente, de uma ferramenta essencial na sociedade.

Para Tajra, "com a internet podemos promover algumas das questões mais importantes para a atualidade: a localização de informações e a comunicação.". (2011, p.134). Ainda segundo a autora "a internet traz muitos benefícios para a educação, tanto

para professores como para alunos. Com ela é possível facilitar as pesquisas, sejam grupais ou individuais, e o intercâmbio entre os professores e alunos, permitindo a troca de experiências entre eles.". (2011, p.134).

Viver sem o suporte das Tecnologias de Informação e de Comunicação é inviável, pois as facilidades oferecidas pela internet estão inteiramente incorporadas à sociedade contemporânea. Apesar das inúmeras possibilidades oferecidas, não resta dúvidas de que a produção e circulação de textos virtuais trazem consigo um grande desafio para a educação formal das próximas gerações.

No Brasil, a difusão da internet demorou um pouco mais. No início dos anos 90 era disponibilizada apenas para pesquisas em universidades, interligando os principais centros de pesquisa do país e algumas organizações não governamentais às instituições de pesquisas estadunidenses. Nesse período, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) começou a testar o primeiro serviço de internet não acadêmica e não governamental, inicialmente o acesso era restrito aos membros o Ibase e associados sendo aberto ao público em 1992. Somente em 1995 foi liberado o uso comercial e começou a ser comercializada pela empresa de comunicações Embratel. A partir de 1997 iniciou-se uma nova fase na internet brasileira. O aumento de acessos à rede e a necessidade de uma infraestrutura mais veloz e segura levaram ao investimento em novas tecnologias. (SCHNEIDER; LOCKS, 2012). A partir desse momento, passou a ser utilizada também para a educação básica, inicialmente de forma menos presente, porém atualmente se configura como um importante suporte educacional, oferecendo inúmeras possibilidades de utilização, com destaque para a educação à distância, que permite o acesso à educação para a população que antes não tinha acesso por estar muito distante das escolas e universidades, assim como as que não possuem recursos financeiros.

No campo da pesquisa as possibilidades são praticamente infinitas, de modo geral a internet pode ser considerada uma biblioteca universal, devido à quantidade de informações disponíveis, além do fato de poderem ser acessadas a qualquer hora e em qualquer lugar. Justamente devido à quantidade de informações disponíveis, precisamos analisar de forma adequada e crítica, descartando possíveis distorções no conteúdo apresentado. (TAJRA, 2011). É dentro desse quadro que o professor e a escola se mantêm fundamentais, como mediadores para o desenvolvimento do espírito crítico e estimulando a utilização criativa.

O conhecimento histórico não pode ficar indiferente ao conjunto de transformações decorrentes da popularização da internet, que sugerem modificações fundamentais na abordagem do saber histórico em sala de aula. Segundo a União Internacional das Telecomunicações (UIT), órgão ligado a Organização das Nações Unidas (ONU), entre os anos de 2000 e 2015, o número de usuários de internet passou de 400 milhões para 3,2 bilhões, sendo que 2 bilhões dos atuais usuários estão nos chamados países emergentes. Ao mesmo tempo, o órgão adverte que, em pleno ano de 2015, a maior parte da população mundial – estimada em 7,2 bilhões de habitantes – não tem acesso à internet. No planeta, são quase 4 bilhões de "pessoas off-line", existe um abismo entre os países ricos e pobres em relação ao acesso à rede. Nos países desenvolvidos, 89% da população acessa a internet. Já nos países menos desenvolvidos, esse percentual não chega a 10%. De uma população de 940 milhões de pessoas nos países mais pobres, apenas 89 milhões possuem algum tipo de conexão com a internet. Ainda de acordo com o levantamento, o acesso móvel à internet é o que vem crescendo em maior velocidade. Em 2000, em todo o mundo havia 738 milhões de assinaturas com esse tipo de conexão. Ao fim de 2015 serão 7 bilhões, estima o órgão da ONU.

No Brasil, segundo a pesquisa TIC Domicílios 2014, divulgada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, os dados apontam um déficit de conectividade para 32,3 milhões de lares do país, ou seja, 50% dos domicílios, diretamente ligado à classe social e à área de residência. Na classe A, a proporção de domicílios com conexão é de 98%. O índice cai para 82%, na classe B, e para 48%, na classe C. O resultado é ainda menor nas classes D e E, onde a internet está presente em apenas 14% dos lares dessas famílias. Esse déficit não está ligado exclusivamente à questão de renda, mas também à falta de infraestrutura para acesso às bandas largas. Considerando as áreas urbanas, a proporção de domicílios com acesso à internet é de 54%, enquanto nas áreas rurais é de 22%. Um fator está contribuindo para a universalização do acesso à Internet é o uso através dos smartphones. 47% dos brasileiros com 10 anos ou mais usaram internet pelo smartphone em 2014, o que representa, em números absolutos 81,5 milhões de pessoas, o índice mais do que triplicou nos últimos três anos, em 2011 essa proporção era de 15%.

Apesar do crescimento, o acesso ainda é muito desigual. Outros problemas dificultam a difusão do acesso, destaque para a má qualidade da oferta e o elevado custo. Retomando a pesquisa da UIT como base, o custo da assinatura mensal de 1GB pela internet no celular é de US\$ 29,50, enquanto entre os chamados países desenvolvidos o valor médio é de US\$ 16,30. O levantamento da UIT também aborda as diferenças de velocidade entre vários países, por exemplo, na Coreia do Sul todas as conexões oferecem velocidades maiores que 10 megabites/s. Já no Brasil, metade das conexões à internet situa-se entre 256 Kbps e 2 Mbps.

Segundo a pesquisa TIC Educação 2014, a proporção de escolas com acesso à internet é de 93%. O percentual é maior nas instituições privadas, com 97%. Nas escolas públicas, 79% disseram ter equipamento portátil. Na pesquisa anterior, 2013, o

número era 73%. A velocidade de conexão ainda representa uma dificuldade, pois 41% dos estabelecimentos têm acesso com até 2 megabits/s. Em 2013, o percentual era 50%. Nas particulares, o número é menor, 21%.

Quase 60% dos estudantes de escolas públicas no Brasil não utilizam a internet em atividades durante as aulas. O levantamento apontou que, apesar de 87% dos alunos de escolas públicas afirmarem que utilizaram a internet nos últimos três meses, apenas 41% deles o fez no ambiente escolar. O principal local de acesso é a própria casa do estudante, seguido pela residência de amigos, parentes ou vizinhos. Segundo a pesquisa, um dos fatores que colabora para esse baixo índice de navegação nas instituições de ensino públicas é a velocidade de conexão disponibilizada aos alunos. A variedade de equipamentos, por sua vez, é crescente, aumentando o número de computadores móveis e tablets. Em 2013, apenas 11% das escolas contavam com o aparelho, um ano depois, o número já está em 29%.

Apesar de ainda não estar presente nas salas de aula a internet é uma ferramenta comum na preparação das aulas ou de atividades com alunos. Cerca de 80% dos professores de escolas públicas produzem conteúdo usando recursos educacionais digitais. A falta de formação e de infraestrutura ainda são barreiras para professores utilizarem recursos educacionais digitais com propósito pedagógico. Menos de um terço dos professores de escolas públicas tem a sala de aula como principal local de uso dessas tecnologias, mesmo percentual de 2013. Segundo Elenice Andersen,

Na sociedade contemporânea, percebemos um processo de inclusão baseado no acesso e na compreensão da informação disponibilizada pelos meios de comunicação de massa e pela internet. Aqueles que ficam privados desse acesso, sobretudo os jovens, tendem a sofrer barreiras nas práticas sociais, que afetam sensivelmente suas vidas. (2013, p.33).

1.4 - A internet como recurso didático para a aprendizagem

Para um melhor aproveitamento na relação ensino-aprendizagem, o professor não deve ministrar aulas apenas do modo tradicional, fazendo uso somente do quadro, giz e livro didático base. É fundamental a utilização de diferentes recursos didático-pedagógicos que, se bem escolhidos e usados, são importantes auxiliares, ou mediadores, no processo de ensino-aprendizagem, tornando a aprendizagem mais significativa e eficaz. De acordo com Bittencourt,

Uma concepção mais ampla e atual parte do princípio de que materiais didáticos são mediadores do processo de aquisição de conhecimento, bem como facilitadores da apreensão de conceitos, do domínio de informações e de uma linguagem específica da área de cada disciplina - no nosso caso, da História. (2009, p.296).

Em outras palavras, os recursos didáticos não devem ter a função de apenas colaborar com o professor, mas, principalmente, contribuir com a aprendizagem dos estudantes.

Da lousa eletrônica aos livros interativos, da proposta para envolvimento dos alunos em redes sociais da internet e telefones celulares, da preparação do estudante em robótica a novos laboratórios de estímulo às memórias e às inteligências. Se, para qualquer disciplina, as propostas desses recursos são insinuantes, o que dizer do ensino de História, que, por sua natureza e essência, mais precisa aproximar saberes e atualizar pessoas. (SELBACH, 2010, p.100).

A utilização desses recursos visa preencher as lacunas deixadas pelo modelo de ensino tradicional, baseado na exposição do tema de forma oral, e que tem o professor como detentor e transmissor dos conhecimentos, que em muitos casos não é suficiente para uma aprendizagem significativa. Recursos didático-pedagógicos são: "instrumento de trabalho na sala de aula: informa, cria, induz à reflexão, motiva, sintetiza conhecimentos e propicia vivências culturais. Sua aplicabilidade só enriquece a prática

docente" (BRASIL, 1998). Podemos perceber que tudo que se encontra presente no ambiente pode se transformar em recurso didático, desde livros, quadro negro, giz, jornais, trabalhos acadêmicos, dados estatísticos, tabelas, mapas, edificações, softwares, músicas, filmes, documentários, ilustrações, jogos, Data Show, CDs, DVDs e, claro, computadores e internet, mas desde que sejam utilizados de forma adequada e com objetivos claros.

É fundamental que não sejam utilizados apenas para facilitar a prática pedagógica, mas para promover uma melhoria da qualidade do ensino, buscando tornar o aluno um participante criativo, ativo e crítico, objetivo básico dos professores. Segundo Justino, "A escolha dos materiais didáticos a serem utilizados é muito importante. O professor como autor de sua prática e profissional reflexivo, deve ter cuidado para identificar e selecionar os recursos que poderão motivar e estimular os alunos, contribuindo para o desenvolvimento da reflexão dos conteúdos trabalhados." (2011, p.148). Ou seja, é importante que o professor conheça bem o perfil social e cultural dos seus alunos, para dessa forma garantir que os recursos utilizados sejam coerentes com os objetivos propostos.

A tecnologia tornou-se um recurso cotidiano e essencial, e a partir disso uma necessidade sociocultural, nesse sentido as políticas escolares para inserção dessas ferramentas são frequentes. Em 1979, com o surgimento da Secretaria Especial de Informática (SEI), já demonstrava uma política de incentivo e viabilização de recursos computacionais na área educacional (ANDERSEN, 2013). A partir de 1997, a Secretaria de Educação à distância do Ministério da Educação, em parceria com os governos estaduais e alguns municipais, desenvolveu o Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo) tendo como meta a introdução das Tecnologias de Informação e Comunicação nas escolas públicas como ferramenta de apoio ao processo de

autoaprendizagem. Organizações não governamentais (ONGs) também têm trabalhado no sentido de desenvolver projetos que visem à democratização dos meios digitais. O Comitê para Democratização da Informática (CDI), para citar apenas um exemplo, desde 1995 desenvolve o trabalho de promover inclusão social utilizando a TICs como instrumento voltado para a construção e exercício da cidadania (ORG. da Silva, 2003).

Atualmente, temos como exemplo o novo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) que oferece um edital no qual são propostos por diversas editoras recursos digitais inseridos em um CD para serem oferecidos ao aluno junto com o livro didático, nesses objetos digitais estão infográficos, jogos, mapas interativos, vídeos, entre outros, que vêm para complementar o conteúdo e assim promover um interesse maior por parte do aluno. Outro caso que merece destaque é o Programa Um Computador Por Aluno (PROUCA), que pretende ampliar a inclusão digital na rede escolar pública. Os programas que buscam a incorporação de recursos tecnológicos ao ensino, têm como objetivo melhorar a qualidade e promover a democratização da educação, modificando nossa concepção de ensino e aprendizagem e, quando bem utilizadas, contribuindo para superar barreiras presentes no ensino atual. Masetto define o que são as novas tecnologias em educação,

(...) estamos entendendo o uso da informática, do computador, da Internet, do CD-ROM, da hipermídia, da multimídia, de ferramentas de educação à distância - como chats, grupos ou listas de discussão, correio eletrônico etc. - e de outros recursos e linguagens digitais que processo de educação mais eficiente e eficaz. (2009, p.152).

Como foi apresentado, a escolha e utilização dos materiais didáticos por melhor que sejam, não garantem sozinhos a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, é necessário que o professor tenha interesse, além de uma formação adequada que forneça a competência para utilizá-los, e este é um problema presente,

principalmente, no que se refere a utilização dos recursos tecnológicos. A maior parte dos cursos de formação de professores não contempla a utilização das TICs, aspecto que deve ser modificado para possibilitar e facilitar o papel do professor. Tendo como princípio que se forma o professor para atuar no contexto da sociedade brasileira contemporânea, trata-se de uma necessidade histórica imposta pelas transformações sociais, culturais, políticas, econômicas, científicas e tecnológicas. Sobre esse aspecto Silva & Fonseca definem que,

A formação é um direito do trabalhador e um dever do estado, condição indispensável para garantir o direito universal dos cidadãos à educação escolar de qualidade. A formação está intimamente imbricada ao conceito de profissionalização. Além de significar um direito e um dever, a formação inicial e continuada constituem um tempo e espaço de aprendizado, de produção de conhecimentos e identidades, de reflexão e ação, de trabalho coletivo de sujeitos históricos - professores e alunos dos diferentes níveis de ensino. (2007, p.26).

A atual geração de alunos está intimamente ligada às transformações decorrentes da popularização da internet, a escola, e conseqüentemente os professores e todos aqueles diretamente envolvidos, devem se adequar a essa nova realidade. Na visão de Bittencourt,

Na sociedade contemporânea, as rápidas transformações no mundo do trabalho, o avanço tecnológico configurando a sociedade virtual e os meios de informação e comunicação incidem fortemente na escola, aumentando os desafios para torná-la uma conquista democrática efetiva. (...) O desafio é educar as crianças e os jovens, propiciando-lhes um desenvolvimento cultural, científico e tecnológico, de modo que adquiram condições para enfrentar as exigências do mundo contemporâneo. (2009, p.14).

Seguindo a mesma linha de raciocínio Elenice Andersen reflete que,

O desenvolvimento social de um país se dá pela atenuação das relações de poder e dominação que determinam as relações de participação/exclusão nas sociedades. Historicamente, o domínio de conhecimentos e competências que regulam a sociedade distingue os

que têm acesso ao poder dos que dessa participação são excluídos. (2013, p.14).

Entre os dispositivos tecnológicos disponíveis, a internet merece destaque, pois fornece uma infinidade de recursos que favorecem e contribuem no processo de ensino-aprendizagem. Para Andersen,

A internet, em especial, dispõe de ferramentas projetadas para ampliar e enriquecer a interação/colaboração entre as pessoas. Quando aplicadas à educação, essas ferramentas criam um amplo espaço de possibilidades para facilitar e incentivar o aprendizado dos alunos, mais adequadas à realidade atual. Entretanto, os benefícios trazidos pela internet para a escola dependem do modo como os ambientes são utilizados para esse fim e, desse modo, dependem de um preparo adequado dos profissionais da educação para que todos seus recursos possam ser bem explorados, pensando-se o novo suporte, e não para uma extensão do ensino tradicional. (2013, p.17-18).

1.5 - A atuação do profissional da educação nesse processo

É essencial que o professor saiba como conduzir os discentes neste vasto campo de informações, para dessa forma possibilitar aos alunos uma melhor utilização dos recursos oferecidos, de forma ativa e crítica, contribuindo para uma aprendizagem mais qualificada. Segundo Maria Auxiliadora Schmidt, "A transposição didática das inovações tecnológicas é, atualmente, outra questão fundamental e imprescindível no ensino de História, trazendo consequências imediatas e complexas tanto para a formação dos professores como para a prática da sala de aula." (2004, p.63). Em outras palavras, o professor precisa orientar e contribuir na forma como esse recurso vai ser trabalhado e isso depende da técnica de cada professor, e também da vontade do mesmo de fazer uso dos recursos tecnológicos, mais especificamente da internet, um importante aliado não apenas no processo ensino-aprendizagem como também do ponto de vista da educação em um contexto amplo. Nesse sentido Behrens afirma que,

O uso da Internet com critério pode torna-se um instrumento significativo para o processo educativo em seu conjunto. Ela possibilita o uso de textos, sons, imagens e vídeo que subsidiam a produção do conhecimento. Além disso, a Internet propicia a criação de ambientes ricos, motivadores, interativos, colaborativos e cooperativos. (2000, p.99).

Porém, alguns pontos devem ser levados em consideração, continuando com a visão de Behrens,

Torna-se importante considerar que esses recursos informatizados estão disponíveis, mas dependem de projetos educativos que levem a aprendizagem e que possibilitem o desenvolvimento do espírito crítico e das atividades criativas. O recurso por si só não garante a inovação, mas depende de um projeto bem arquitetado, alimentado pelos professores e alunos que são usuários. O computador é a ferramenta auxiliar no processo de aprender a aprender. (2000, p.103)

O professor, em seus mais diferentes aspectos, também se modifica nesse processo. Sobre esse ponto, Moran afirma que,

A aquisição de informação, dos dados, dependerá cada vez menos do professor. As tecnologias podem trazer, hoje, dados, imagens, resumos, de forma rápida e atraente. O papel do professor - o papel principal - é ajudar o aluno a interpretar esses dados, a relacioná-los, a contextualizá-los. (2009, p.29-30).

O papel do professor se reforça, apesar de diferente continua sendo fundamental, como bem demonstra Masetto quando afirma, "E o professor como fica nesse processo? Desaparece? Absolutamente. Tem oportunidade de realizar seu verdadeiro papel: o de mediador entre o aluno e sua aprendizagem, o facilitador, o incentivador e motivador dessa aprendizagem." (2000, p.140). Sob a ótica de José Moran "O professor procura ajudar a contextualizar, a ampliar o universo alcançado pelos alunos, a problematizar, a descobrir novos significados no conjunto das informações trazidas." (2009, p.49). Dessa forma, transforma o aluno em um sujeito participante e ativo no processo de

aprendizagem e não mais, como nas formas tradicionais de ensino, em um sujeito passivo e repetidor de informações. Sobre esses aspectos Elenice Andersen reflete,

O professor com espírito investigativo e que propõe projetos com base em suas pesquisas jamais poderá ser substituído por uma máquina. Somente o professor tem as habilidades necessárias para promover a inclusão digital efetiva na escola. Inovar no ensino não significa apenas equipar as escolas com máquinas. É o professor que fará a diferença; depende dele que o ensino mediado por computador não seja apenas uma reprodução do ensino tradicional para a máquina. (2013, p.38).

Nesse processo a escola também se transforma, não se trata mais da aquisição acumulativa de informações, mas da formação de atitudes diante do conhecimento formal que possibilita ao indivíduo transforma-se como individualidade sociocultural por meio de sua participação na ação coletiva de ensino e aprendizagem. (FONSECA, 2008).

Em resumo, pode-se afirmar que os benefícios do uso da internet dependem diretamente da forma como é utilizada pelos alunos, e que o papel do professor se modifica e fortalece nesse processo de ensino-aprendizagem, porém a introdução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) nas escolas não deve ser considerada como solução imediata para os problemas educacionais brasileiros, é fundamental levar em conta as especificidades de cada escola, não existindo um método único para a utilização.

CAPÍTULO 2

ENSINO DE HISTÓRIA E PESQUISA ESCOLAR: APRENDENDO A APRENDER

2.1 - Síntese histórica sobre a educação brasileira

O ensino variou não somente no tocante a importância, mas também em seus objetivos e métodos. A primeira forma de ensino, a partir da visão europeia, já que os povos indígenas possuíam sua própria ideia de educação e ensino, se deu com a chegada dos Jesuítas, no período tradicionalmente denominado de "Brasil Colônia", tendo como objetivo principal difundir a crença cristã, esses acabaram expulsos em 1759 devido às reformas instituídas pelo Marquês de Pombal, que confiscou-lhes as propriedades e criou o subsídio literário, imposto para custear a educação, até então quase monopólio da ordem missionária católica Companhia de Jesus e que passou a ser assumida pelo Estado. A consequência não intencional da reforma pombalina foi a desestruturação quase total do ensino católico, praticamente o único que existia na época (BROCK; SCHWARTZMAN, 2005). Esse quadro não se modificou substancialmente nem com a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, em 1808, pois a educação formal continuou tendo uma importância secundária e sendo considerada como um privilégio das elites.

A partir da Independência política, 1822, passa-se a veicular uma "História Nacional", buscando constituir uma "identidade nacional", sendo ainda o ensino da história sagrada mais difundida que a história laica. Com a abolição da escravidão em território brasileiro, 1888, e o advento da República, 1889, a escola adota os princípios do regime político vigente, designado de "Primeira Republica" ou "República Velha",

centralização, formalização e autoritarismo, recebendo assim um novo impulso, apesar de permanecer tendo uma importância limitada para a maioria da população (BITTENCOURT, 2005). Vale destacar que no início do século XX a maioria da população brasileira se mantinha analfabeta e a educação formal só chegava a uma minoria ínfima (BROCK; SCHWARTZMAN, 2005).

Com o estímulo ao processo de industrialização no Brasil, principalmente a partir dos anos 1930, esse novo contexto passou a exigir uma mão de obra especializada e para alcançar esse objetivo houve um incentivo a escolarização da população de maneira geral. Esse período também marca a fundação do Ministério da Educação e Saúde Pública e a criação da profissão de docente refletindo esse maior interesse, como consequência o sistema escolar foi centralizado e os conteúdos escolares passaram a obedecer a normas mais rígidas e gerais. A influência das concepções, formatos institucionais e práticas, estabelecidas durante os 15 anos do regime Vargas moldaram o ensino brasileiro por várias décadas. (BROCK; SCHWARTZMAN, 2005).

É importante ressaltar a divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, documento que defendia a universalização da escola pública, laica e gratuita, além de propor a substituição das metodologias tradicionais que levam a uma aprendizagem mecânica, repetitiva ou "bancária" como criticava Paulo Freire.

Após a promulgação da Constituição de 1946, houve a tentativa de formulação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), formou-se uma comissão para a elaboração do projeto, porém em 1949 quando o projeto foi enviado ao Congresso Nacional, acabou arquivado. Em 1957 reiniciou a discussão sobre o projeto e em 1958 a Comissão de Educação e Cultura recebeu um súbito substitutivo, que alterava significativamente o projeto original. O "substitutivo Lacerda", como ficou conhecido,

trazia para dentro da legislação os interesses dos proprietários do ensino privado. Esses empresários acabaram por se fixar em uma bandeira liberal para lutarem contra os defensores do ensino público. O projeto foi aprovado pelo Senado e sancionado pelo Presidente da República em 1961. (GHIRALDELLI JR., 2009).

A partir do Golpe Civil-Militar de 1964, as iniciativas e propostas para se modificar a educação no Brasil são descartadas sob o pretexto de que eram propostas "comunizantes e subversivas". O autoritarismo, característica marcante também nesse período, obviamente se refletia na educação, em 1967 a União Nacional dos Estudantes (UNE), é fechada e desestruturada, em 1969 se tornou obrigatório o ensino da disciplina "Educação Moral e Cívica". Dentro desse contexto histórico foi instituída a Lei 5.692, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1971, que buscava dar a formação educacional um cunho profissionalizante. Para Maria Hilsdorf, "A uma possível permanência das marcas da escola da ditadura na organização e nas práticas da atualidade - pois sabemos que as ocorrências no plano das mentalidades se movem na temporalidade das longas durações (...)." (2003, p.130). Apenas em 1982, a Lei 7.044 retirou a obrigatoriedade do ensino profissionalizante nas escolas de ensino médio.

A educação no Brasil sempre esteve ligada aos interesses políticos e econômicos das classes dominantes, essa relação culmina na transformação das escolas em um mercado educacional, marcado pelo crescimento da presença empresarial, principalmente a partir da década de 1990, com a ascensão do neoliberalismo na política brasileira. Marilda Behrens afirma que,

(...) pelo advento do mundo globalizado e do pensamento neoliberal, redundou na formação sectária, competitiva e individualista, que, em nome da técnica e do capital, parece perder muito da função de buscar formar homens responsáveis, sensíveis e que venham buscar o sentido da vida, do destino humano e de uma sociedade justa e igualitária. (2000, p.68-69).

2.2 - O Ensino de História em perspectiva histórica

Estudar História é debruçar-se sobre toda e qualquer experiência humana. Inserido na questão da educação, o ensino de História ocupa um lugar de destaque na formação humana, entretanto as concepções sobre o ensino de História atuam dentro do seu próprio contexto, assim, os objetivos, métodos, conteúdos, entre outros pontos, variam de acordo com o seu tempo e espaço, sendo fundamental uma análise a partir de uma perspectiva de longa duração para uma melhor compreensão sobre o tema.

No Brasil, enquanto a educação era exclusividade dos Jesuítas, os textos históricos bíblicos eram utilizados apenas com o intuito de ensinar a ler e escrever. Em 1837, o Colégio D. Pedro II, localizado no Rio de Janeiro, então capital do Brasil, instituiu a História como disciplina obrigatória e autônoma, porém, apenas em 1870 a história bíblica é retirada do currículo obrigatório, principalmente em função da diminuição do poder da Igreja sobre o Estado. Em 1838, foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), local de produção da História que seria divulgada nos manuais didáticos, o objetivo principal era formular uma identidade para a nação recém-formada. A metodologia utilizada era a da memorização, ou seja, a História era abordada como uma matéria decorativa, onde o fundamental era recordar-se de datas e fatos, ou seja, a memorização era o cerne do processo de aprendizagem e a principal capacidade exigida para o sucesso escolar. Destacavam-se os fatos políticos considerados relevantes para a formação de uma identidade nacional, assim, o ensino voltava-se para uma formação moral e cívica, condição que se acentuou no decorrer dos séculos XIX e XX. Os conteúdos passaram a ser elaborados para construir uma ideia de nação associada à de pátria. (BITTENCOURT, 2005).

Na década de 30 do século passado, começaram a surgir propostas para substituir as disciplinas de História e Geografia por Estudos Sociais, inspirando-se em escolas norte-americanas. O princípio básico dos Estudos Sociais visava à integração do indivíduo na sociedade, devendo os conteúdos auxiliar nessa inserção. É importante destacar que em 1934 foi criado o primeiro curso superior de História, localizado na Universidade de São Paulo (USP), porém com uma visão tradicionalista, não representa uma ruptura com o modelo historiográfico mais difundido, assim acaba reforçando a sucessão de fatos como linha mestra.

Em 1957, Delgado de Carvalho, um dos percussores e defensores dos Estudos Sociais publica a obra "Introdução à metodologia aos Estudos Sociais", que serve de base para o esvaziamento da História como disciplina autônoma. Nos anos de 1960 a disciplina começou a ser adotada em escolas denominadas "experimentais", porém depois da reforma educacional realizada durante o período da "Ditadura Militar", mais especificamente em 1971, governo do General Emílio Garrastazu Médici, a disciplina foi introduzida em todo o sistema de ensino, juntamente com a licenciatura na área, causando prejuízos principalmente em consequência da condição de síntese que tendia a desempenhar, além disso, a lei 5.692/71 instituiu a obrigatoriedade do ensino de "Educação Moral e Cívica" (EMC), como disciplina e prática educativa. Sobre a EMC, Selva Fonseca nos esclarece,

(...) a ordem e a moral transmitidas nas disciplinas e nas práticas educativas visavam eliminar as divergências e tornar homogêneo o poder dos grupos dominantes no país representados pelos militares, a dedicação especial ao ensino de moral e cívica cumpria a tarefa de reduzir os conceitos de moral, liberdade e democracia aos de civismo, subserviência e patriotismo. Além disso, houve uma redução da formação moral a mera doutrinação ideológica - repressão do pensamento e do livre debate de idéias e culto de heróis e datas nacionais. (2003, p.22).

Dessa forma, o ensino de História foi vinculado aos princípios norteadores da educação moral e cívica, além de ter sido reduzida a carga horária para História e Geografia seguindo a obrigatoriedade do Conselho Federal de Educação, claramente buscando a dissolução desses campos do conhecimento como disciplinas formadoras do espírito crítico.

Mais uma atitude contrária ao ensino de História aconteceu em 1976, durante o governo do General Ernesto Geisel, quando o Ministério da Educação determina que para lecionar a disciplina Estudos Sociais fosse necessário ser formado na área, excluindo os profissionais graduados em História, apenas em 1997 a disciplina de Estudos Sociais é abolida dos currículos escolares, voltando História e Geografia a serem lecionadas de forma individual. Sobre a educação durante a Ditadura Militar, Selva Fonseca afirma que, "O papel da educação - assim como as metas para o setor, estabelecidas pelo Estado brasileiro, nesse período - esteve estritamente vinculado ao ideário de segurança nacional e desenvolvimento econômico." (2003, p.15-16). Mesmo de forma inconsciente, alguns discursos da época se mantiveram, e se mantém ainda presente nas instituições de ensino e nas pessoas que fazem parte dela. Sobre a aplicação prática dessas alterações, Fonseca escreve, "Esse processo de implantação e consolidação da doutrina moralizadora e disciplinadora no sistema educacional gerou resistências, apesar das dificuldades do período." (2003, p.18). Sobre a importância da resistência docente Silva & Fonseca escreve,

As lutas do movimento docente, em diferentes épocas, marcam os processos formativos, revelam dimensões das lutas pela sobrevivência e dos embates políticos vividos no cotidiano. Os relatos de situações partilhadas, dificuldades, tristezas e alegrias demonstram como determinadas experiências, por exemplo, o caso da militância política, é potencializadora do desenvolvimento profissional e pessoal de cada um dos sujeitos. (2007, p.19).

Nos anos de 1980, em consonância com o processo de redemocratização, os conhecimentos escolares foram questionados e, posteriormente, reformulados. Nesse contexto, inicia-se o debate sobre o retorno da História e Geografia como disciplinas autônomas, além de se contestar o modelo de ensino de História vigente, a chamada "História Tradicional", tendo como fundamento teórico a historiografia positivista, eurocêntrica e linear, organizada com base nos marcos e fatos da política institucional, numa sequência cronológica. Uma das principais características desse modelo historiográfico é a exclusão, sujeitos, ações e lutas sociais são minimizados. Como consequência desse modelo de ensino, Selva afirma que, "A exclusão e a simplificação do conhecimento histórico escolar introjetam nos alunos a seguinte ideia: vocês não fazem história, nós não fazemos história. A história é feita por e para alguns, que não somos nós, são outros e são poucos." (2003, p.90).

Mesmo após 1982, quando o MEC sancionou a lei 7.044, alterando dispositivos da lei 5.692/71, houve dificuldades para a revalorização das disciplinas que haviam sido excluídas do currículo escolar. Durante os anos 90, com a aceleração da globalização baseada no ideário neoliberal-conservador, os debates em torno de uma nova política educacional e da nova Lei de Diretrizes e Bases foram paulatinamente alterando a configuração do ensino de História. "O conteúdo da história ensinada assumiu diferentes imagens nos diversos espaços onde se processam os debates, as discussões e as reformulações, visando revalorizá-la como campo do saber autônomo fundamental para a formação do pensamento dos cidadãos." (FONSECA 2003, p.26). Em 1996, foi aprovada a LDBN 9.396, apesar de não representar uma ruptura, possui pontos positivos, com destaque para a maneira não autoritária sobre o que deve ou não ser lecionado. (FONSECA, 2003). Atualmente, o ensino de História está presente em todos os níveis da educação escolar, das séries iniciais até o término do ensino básico, e, com

a Geografia, constitui uma das bases fundamentais do conhecimento das ciências humanas. (BITTENCOURT, 2005)

2.3 - A importância da História para o indivíduo e a sociedade

É inegável que a História é fundamental para o pleno desenvolvimento humano. Vários autores se dispuseram a escrever sobre a importância e os objetivos do ensino de História. Nessa temática destaca-se o pensamento da Professora Selva Guimarães Fonseca,

Acredito que a história, em todas as suas dimensões, é essencialmente formativa. Assim, seu ensino, os sujeitos, os saberes, as práticas, as experiências didáticas têm uma enorme importância para a vida social, para a construção da democracia e da cidadania. É por meio dos diversos processos, mecanismos, fontes e atos educativos que compreendemos a experiência humana, as tradições, os valores, as ideias e as representações produzidos por homens e mulheres em diversos tempos e lugares. (2003, p.11).

Nossa sociedade, altamente baseada no presente e marcada pela sensação de "aceleração do tempo", vive um momento histórico conturbado, com diversas crises políticas e humanitárias. O historiador inglês Eric Hobsbawm apresenta uma reflexão extremamente interessante sobre a perda dos referenciais históricos e a importância dos historiadores,

A destruição do passado, ou melhor, dos mecanismos que vinculam nossa experiência pessoal às das gerações passadas, é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso, os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importante do que nunca no fim do segundo milênio. (1995, p.13).

Um exemplo desse momento histórico é a "crise dos refugiados" que se intensificou em 2015. Esses migrantes são oriundos principalmente da Síria, Líbia, Somália, Iraque, Afeganistão e de países do Norte da África, a maioria muçulmanos, buscam fugir da extrema pobreza, guerras civis, intolerância étnica e/ou religiosa, tendo como principais destinos países do Oriente Médio, como Turquia, Líbano e Jordânia, segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas Para Refugiados (ACNUR), chegaram à Turquia 1,9 milhão de pessoas nos últimos quatro anos, no Líbano foram 1,1 milhão, e na Jordânia 629 mil, porém, um grande número de pessoas busca alcançar países europeus, principalmente Alemanha, Inglaterra e Suécia. Como comparação, a Alemanha, potência mundial, estuda receber 800 mil refugiados em seu território, cerca de três vezes menos que a Turquia. O Brasil já recebeu cerca de 2.100 sírios, segundo dados do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), representando 25% do total de refugiados em território brasileiro, número mais expressivo do que o de pedidos de asilo aceitos pelos Estados Unidos, algo em torno de 1.300, Espanha, aproximadamente 1.400 e Grécia, 1.275. Segundo a ONU, em 2014, 59,5 milhões de pessoas foram forçadas a abandonar seus países, número que não deixa dúvidas sobre a responsabilidade envolvida e a importância do tema.

Esse é o maior fluxo migratório desde o fim da Segunda Guerra Mundial, contra esses refugiados são recorrentes atitudes xenofóbicas e/ou racistas, os exemplos são inúmeros, desde casos específicos, como a cinegrafista que agrediu um pai que carregava seu filho nos braços na fronteira entre Hungria e Sérvia, a políticas de governo, caso da Hungria, Croácia, Eslovênia e República Tcheca. O "diferente" é um item a mais para a exclusão, nessa conjuntura a extrema-direita europeia adotou um discurso para provocar medo nas pessoas com esperança de obter vantagens eleitorais. Esse é apenas um dos exemplos disponíveis em que um conhecimento histórico mais

aprofundado e uma maior capacidade de reflexão contribuiriam para a consolidação de uma sociedade plural e diversificada, mas para isso o respeito e o conhecimento com as diferenças são fundamentais. A História pode contribuir para uma apreciação mais correta do que é o homem vivendo em sociedade. Óbvio que apenas um conhecimento histórico mais aprofundado não resolve sozinho um problema tão complexo, mas sem isso o percurso torna-se mais longo, difícil e tortuoso. Vale lembrar que casos de respeito e apoio aos refugiados também se destacam nesse cenário, mas devido à proporção e a importância da questão ainda são insuficientes.

Complementando com um exemplo nacional, cito o caso dos refugiados haitianos, também vítimas de preconceito, xenofobia e até violência física, apesar da importância humanitária do acolhimento. O historiador francês Marc Bloch sintetiza, "A incompreensão do presente nasce, fatalmente, da ignorância do passado." (2001, p.65). Para Bloch, a História não deveria ser entendida como uma ciência do passado, sendo fundamental perceber a importância do passado para se compreender o presente e vice-versa. No fim, só o conhecimento supera a ignorância.

Confirmando essa visão previamente exposta, o René Rémond afirma,

Não há outra disciplina que ensine tanto sobre a diversidade humana quanto a história. Os grupos humanos, os povos, as nações, os continentes não são todos iguais, e esse simples fato obriga-nos a voltar nosso olhar para além da experiência mediata, a aceitar a diferença, a reconhecer e descobrir que os outros povos tem uma história que é igualmente rica e instrutiva. Nenhuma outra disciplina pode, na mesma medida, - dissuadir-nos de querer remeter todas as outras culturas a um modelo único. (2005, p.258).

Essa reflexão sobre uma situação tão complexa pode suscitar questionamentos sobre como conciliar a utilidade social da História com sua autonomia científica, o próprio René Rémond nos esclarece,

A questão, portanto, é não submeter à história a outras finalidades que não ela própria, quaisquer que sejam estas, mas respeitar sua autonomia intelectual no ensino. (...) é justamente respeitando a verdade e observando as regras do método histórico que a difusão da história e da pesquisa pode contribuir para reforçar a coesão social, para aproximar os povos e para transmitir valores, tão imperativos que me parecem definir as finalidades de todo sistema educacional. (2005, p.257).

No Brasil, segundo a LDB 9394/96 (art. 2º), o ensino deve ser ministrado com base nos seguintes princípios: igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; valorização do profissional da educação escolar; gestão democrática do ensino público; garantia do padrão de qualidade; valorização da experiência extraescolar; vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; e por fim, consideração com a diversidade étnico-racial, esse ponto incluído pela Lei nº 12.796, de 2013. Sobre a finalidade da Educação Básica a LDB 9394/96 o artigo 22 afirma, "A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores". Para o ensino médio a LDB aponta (art. 35),

A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos; a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a se adaptar com flexibilidade e novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo formação étnica e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; Por fim, a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Para o ensino de História, a proposta curricular indica, como em todo o documento, o aperfeiçoamento de competências e habilidades em seus alunos. Segundo o PCN as competências abrangem,

Capacidade de abstração, do desenvolvimento do pensamento sistêmico, ao contrário da compreensão parcial e fragmentada dos fenômenos, da criatividade, da curiosidade, da capacidade de pensar múltiplas alternativas para a solução de um problema, ou seja, do desenvolvimento do pensamento crítico, da capacidade de trabalhar em equipe, da disposição para procurar e aceitar críticas, da disposição para o risco, do saber comunicar-se, da capacidade de buscar conhecimento. (2002, p.24).

Percebe-se claramente a preocupação com a formação do cidadão e o desenvolvimento da cidadania, não restringindo a aprendizagem ao acúmulo de informações. Em termos teóricos a lei é muito interessante, mas os educadores estão conseguindo alcançar os objetivos propostos? Como facilitar o processo de aprendizagem voltada para o humano?

Embora a concepção de educação como um processo centrado no aluno seja aceito pela maioria dos educadores, em muitos casos não passa do nível retórico, enquanto a prática, organizada nas estruturas e sancionada pela administração, continua em grande medida centrado no professor. Um processo educativo centrado no aluno significa uma reorganização no processo de ensino, de modo a promover a capacidade de autoaprendizagem, ou seja, o objetivo central deve ser promover, orientar e facilitar a aprendizagem autônoma. (BELLONI, 2009).

2.4 - Pesquisa escolar como subsídio para a autoaprendizagem

Uma das possibilidades para facilitar a melhoria da qualidade da educação brasileira, e conseqüentemente uma evolução nos rankings, é uma melhor utilização das

pesquisas escolares, independentemente das fontes utilizadas, como método de aprendizagem e desenvolvimento, podendo ser importante auxiliar para a construção do conhecimento.

O dicionário eletrônico "Aurélio" define a palavra pesquisa da seguinte maneira, "Ato ou efeito de pesquisar; Investigação e estudo, minucioso e sistemático, com o fim de descobrir fatos relativos a um campo do conhecimento.", percebe-se que os significados desse verbo indicam a ideia de uma busca feito com cuidado e profundidade. A pesquisa é o fundamento de toda e qualquer ciência. Por meio da pesquisa, o aluno tem a possibilidade de descobrir um "mundo novo", despertar sua curiosidade e o espírito crítico, aprofundar seus conhecimentos, aproximar alunos e autores, desenvolver a construção de textos a partir da pesquisa realizada anteriormente, e principalmente, ampliar a aprendizagem para além dos muros da escola, dessa forma a busca por conhecimento torna-se infinita e ilimitada. Acredito que é necessário os alunos terem contato com os discursos dos múltiplos sujeitos que fizeram a História estudada e dos múltiplos narradores que contaram essa História. Para o desenvolvimento da pesquisa se faz obrigatório à leitura, onde o próprio aluno procura questionar o autor ou autores, interpretar os argumentos centrais e refazê-los a partir de sua própria visão, assim o conhecimento torna-se mutável, perde-se a certeza e passa-se a aceitar pensamentos diferentes como sendo parte do processo. Selva Guimarães destaca outro ponto positivo,

O trabalho com projetos de pesquisa na escola fundamental e média constitui uma forma possível de reconciliar ação e conhecimento. No ensino de história, possibilita a reconciliação da história vivida com a história/conhecimento, a partir de uma relação ativa entre os tempos presente e passado, entre espaços próximos e distantes, num movimento dialético. (2003, p.123-124).

Em resumo, ao ser elaborada a pesquisa escolar, saímos de um ambiente "fechado", a escola, visando fomentar situações de aprendizagens, onde o aluno busca procurar e selecionar informações e resolver problemas de forma independente e autônoma. Ao produzir saber, a pessoa dialoga com o mundo em que vive, com desafios, problemas, frustrações, utopias, e esse diálogo impacta a forma como ele reconstrói e interpreta seu objeto de estudo. Se quisermos que nossos alunos tenham uma capacidade plena, seja ela científica, artística, comercial, industrial, intelectual e etc., é fundamental e indispensável que aprendam a pesquisar e o local ideal para se iniciar a desenvolver essa capacidade é a escola.

Para Circe Bittencourt,

(...) é preciso levar em conta que todo conteúdo de saber é resultado de um processo de construção do conhecimento. Por isso, dominar conhecimentos não quer dizer apenas apropriação de dados objetivos pré-elaborados, produtos prontos do saber acumulado. Mais do que dominar os produtos, interessa aos alunos compreender que estes são resultantes de um processo de investigação humana. (...) Significa explicitar os nexos entre a atividade de pesquisa e seus resultados; portanto, instrumentalizar os alunos no próprio processo de pesquisar. (2009, p.18-19).

Destacando a internet e ampliando a visão apresentada anteriormente, da Silva escreve, "Ao lidar com uma variedade tão grande de possibilidades e de informações virtualizadas, a criança explora o pensamento não linear, sendo esta uma característica vista cada vez mais como necessária na sociedade contemporânea, principalmente porque o mundo atual é múltiplo, denso, fragmentado e marcado pela pluralidade." Mais adiante Ezequiel da Silva nos trás uma informação extremamente interessante, "Para compreender as complexidades desse novo processo de aquisição do conhecimento, é preciso reiterar que ele tem como uma de suas características a possibilidade de

diminuir as diferenças historicamente estabelecidas entre diversão e educação." (2003, p.47).

Caso o aluno desenvolva o prazer pela descoberta e pela investigação, a busca pelo conhecimento se torna natural, desenvolvendo a aprendizagem autônoma e estendendo essa busca além do período de escolarização formal, ultrapassando assim as barreiras do tempo e do espaço escolar. No ensino baseado em pesquisa, a ênfase é no processo, ou seja, no aprender a aprender, a busca pelo conhecimento deve manifestar-se como requisito básico para o desenvolvimento intelectual. Ensinar a aprender é criar possibilidades para que uma pessoa alcance sozinha às fontes de conhecimento que estão à sua disposição na sociedade. Paulo Freire resume, "(...) é preciso saber que ensinar não é transmitir conhecimentos, mas criar possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção." (1998, p.52).

Outro ponto de destaque é a capacidade de incluir os sujeitos e saberes dos "excluídos", sejam eles negros, índios, mulheres, a população "comum", os homossexuais, as minorias de modo geral, entre outros. Nesse aspecto, as pesquisas, possibilitam ampliar os conhecimentos sobre os excluídos ou minimizados na historiografia tradicional e conseqüentemente em uma parcela dos livros didáticos. Na sociedade atual, globalizada, e conseqüentemente, apesar do processo de homogeneização também resultante, multicultural, o professor e os alunos precisam ir além dos limites que o saber especializado representa no contexto da escola, possibilitando uma escola para todos, dessa forma a escola se apresenta como um espaço de acolhimento, inclusão e respeito às identidades e culturas múltiplas. (SILVA; FONSECA, 2007).

Um dos principais problemas enfrentados quando se trata de pesquisar em páginas da internet refere-se à qualidade e confiabilidade das informações disponíveis, frequentemente, informações falsas são disseminadas como sendo verdadeiras. A facilidade para publicar e o baixíssimo custo permitem que qualquer pessoa conectada possa criar e divulgar informações, não havendo nenhum tipo de seleção ou censura. Diferentemente das editoras em que a publicação é precedida por um processo criterioso de avaliação e revisão, na internet, em muitos casos, todas essas funções são exercidas por uma única pessoa, facilitando a ocorrência de erros ou distorções, sendo a competência do leitor fundamental para verificar a validade das informações.

Sobre essa questão, Fernanda Freire afirma que, "Achar não significa encontrar o que se deseja: separar o joio do trigo é parte da competência do leitor-navegador, na minha opinião (e tem a ver com outros hábitos de leitura desenvolvidos ao longo da vida daquela pessoa em particular)." (2003, p.41). Ou seja, o excesso e a falta de confiabilidade das informações veiculadas exigem dos leitores uma capacidade de discernimento e avaliação do conteúdo mais atenta e criteriosa, sem isso o risco de assimilar informações superficiais, incompletas, e até mesmo incorretas é grande, dessa forma o papel de formador, avaliador e mediador por parte do professor é fundamental para um pleno desenvolvimento do processo educativo e de aprendizagem. Vani Kesnki complementa,

A cada dia surgem inúmeras novas páginas na Internet. Existe informação de mais e conhecimento de menos. Há certa confusão entre informação e conhecimento; existem muitos dados e informações disponíveis. Na informação, os dados são organizados dentro de uma lógica, utilizando uma estrutura determinada. Conhecer é integrar a informação em um referencial, se apropriando, tornando-se significativa para quem conhece. O conhecimento não se passa, o conhecimento se cria, constrói-se. (2008, p. 132).

É fundamental o gerenciamento e a orientação por parte dos professores nas estratégias de busca para localização dos temas a serem desenvolvidos, sua função é verificar e/ou disponibilizar referências bibliográficas, oferecendo melhores condições para o desenvolvimento da pesquisa. Em resumo, é função do professor lançar ideias e prever as etapas de trabalho possuindo de forma clara e definida o propósito da pesquisa. Ao incentivarmos nossos alunos a pesquisar, demonstramos a importância da pesquisa para a construção do conhecimento e da necessidade do espírito de pesquisador.

A avaliação também se modifica, é importante que o educador assuma um papel diferente, pois nem todos os alunos aprendem do mesmo modo e ao mesmo tempo. A avaliação deve ser mediada pelo professor durante todo o processo de aprendizagem e o erro do aluno ser considerado como ponto de partida para superar dificuldades. Deve haver também a intenção de desenvolver nos alunos a habilidade de autoavaliação para que eles se tornem capazes de ter autonomia de estudo. O sucesso só será possível com professores e alunos assumindo novos papéis durante todo o processo. É fundamental que o professor "confie" no aluno, acredite que ele é capaz de assumir responsabilidades pelo seu sucesso na aprendizagem, e que o aluno, apesar da idade, é capaz de retribuir atitudes de respeito, diálogo, arcando com as responsabilidades por seus atos. (KENSKI, 2008).

Quando se trata da utilização de sites voltados ao público escolar como fontes de pesquisas surgem questionamentos importantes. Como direcionar os alunos a sites que realmente contribuam com a aprendizagem de qualidade? A partir dessa questão inicial surgem outras, os sites mais populares direcionados ao conhecimento histórico, nesse caso específico o conhecimento histórico sobre o período colonial brasileiro, são de qualidade? Utilizam uma visão tradicional, memorialista e simplificadora da História?

Será que induzem os alunos a refletir, contextualizar e problematizar as informações? E por fim, qual a real contribuição desses sites mais populares para o desenvolvimento pessoal? Espero contribuir para esclarecer essas questões, lembrando que esse trabalho é apenas um dos discursos disponíveis sobre o tema, além disso, por ser uma temática de certo modo nova, merece e precisa de outros estudos buscando sempre ampliar as interpretações, as análises e a busca por soluções.

2.5 - O ensino de História e a historiografia brasileira

Para dar início as respostas, realizaremos uma breve análise sobre a historiografia, a história da escrita da História, referente ao período colonial brasileiro, observando permanências e rupturas sobre o modo de escrever, interpretar e ensinar esse período histórico.

A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, foi um marco que estimulou os estudos sobre a História do Brasil. A partir da metade do século XIX diversos autores tiveram como objeto de estudo a economia e a sociedade colonial brasileira, embora as questões culturais, seguindo a historiografia mundial, só tenham despertado um maior interesse dos autores a partir do século XX. O IHGB passa a reunir os que pensavam a História e estavam interessados em discuti-la. É importante frisar que no século XIX a produção historiográfica não estava sendo redigida por historiadores profissionais e sim por pessoas graduadas em outras áreas, buscava-se principalmente o desenvolvimento da "História Pátria". Nesse período histórico, destaco o naturalista alemão Karl Friedrich von Martius com sua obra "Como escrever a História do Brasil", publicado pela revista do IHGB em 1845. Von Martius utilizou como chave explicativa a fusão de raças, e não de culturas, destacando a matriz

portuguesa em detrimento da matriz africana, apesar disso foi inspiração para historiadores, sociólogos e antropólogos, incluindo Gilberto Freyre. (VAINFAS, 2009).

Vale destacar o Capistrano de Abreu que publicou "Capítulos de História Colonial", em 1907. O livro é considerado de história socioeconômica, possuindo uma abordagem totalizante, onde destaca elementos populares, demonstrando como a pluralidade étnica formou a sociedade e a cultura brasileira. Nessa obra o indígena possui um papel de destaque. As comemorações dos 500 anos do "Descobrimento do Brasil", no ano 2000, estimularam o interesse pelo estudo sobre os povos nativos brasileiros que entrou em uma fase de maior sofisticação. "Em certa medida, o interesse renovado pelos estudos da História Indígena no Brasil foi impulsionado por importantes estudos etnográficos modernos realizados por antropólogos conscientes das fontes históricas – e das crônicas desses encontros. As suas pesquisas deram uma nova orientação e impulsão para os historiadores voltarem, com um novo enfoque, para os textos clássicos." (SCHWARTZ, 2009, p.186). No âmbito da educação, em 2008 a lei nº 11.645 tornou obrigatório o estudo da história e cultura indígena, com conteúdos que devem ser ministrados em todo currículo escolar, principalmente em História, Literatura e Artes. Essa medida, de modo geral, representa uma mudança na forma como o Estado brasileiro lida com os povos nativos. Durante a maior parte da História brasileira, essa relação foi marcada por políticas formalmente integracionistas, visando assimilar os povos culturalmente diferentes à sociedade nacional, negando aos indígenas seu direito à diferença e identidade cultural.

Durante o século XIX, a principal preocupação em relação ao ensino de História, era o desenvolvimento de métodos mnemônicos, ou seja, o desenvolvimento e aperfeiçoamento de técnicas de memorização. Um exemplo foi a introdução do "método Zaba" em escolas do Rio de Janeiro e da Bahia, por volta de 1870. Esse método

utilizava mapas e uma linha cronológica para auxiliar os alunos a dominar a sequência cronológica dos principais acontecimentos do mundo. O ensino de História continuou com o mesmo método, passando os livros didáticos, cada vez mais, a controlar as aulas, os professores e os alunos. (BITTENCOURT, 2009). A História ensinada privilegiava o feito dos "heróis", os mitos fundadores, com ênfase nos grandes eventos de caráter político. Nesse modelo, ensinava-se História pensando em sua contribuição para a constituição da nacionalidade, cabendo ao historiador uma posição de neutralidade. No fim do século XIX, com o fortalecimento das ideias republicanas, passou-se a privilegiar o ensino de processo civilizatório, com ênfase na gênese desse e na formação do Estado. (BERUTTI; MARQUES, 2009).

Sobre a importância dos pioneiros, Ronaldo Vainfas afirma, "Não seria exagero, portanto, dizer que nossos historiadores do século XIX, ainda que não o fossem de ofício, salvo raras exceções, deram contribuições importantes no campo da cultura brasileira, investigando inúmeros aspectos da sua diversidade em perspectiva histórica." (2009, p.219).

É indispensável destacar a publicação em 1933 de "Casa Grande e Senzala", escrito por Gilberto Freyre e "Raízes do Brasil", de Sérgio Buarque de Holanda, em 1936. "Raízes do Brasil" interpreta o processo de formação da sociedade brasileira, demonstrando as continuidades e rupturas das subjetividades do "período colonial" até a época do lançamento do livro. Sobre Sérgio Buarque Vainfas escreve, "Já que menciono Sérgio Buarque, talvez o maior historiador brasileiro, é evidente que seu livro pioneiro, *Raízes do Brasil*, trata da cultura brasileira. De uma cultura brasileira herdada da cultura ibérica – que o autor por sinal deplora, nela vendo a matriz de nosso arcaísmo." (2009, p.222).

Sobre a importância e as principais contribuições de Gilberto Freyre o mesmo Vainfas afirma,

Um pouco mais precursor, se é que tal expressão faz sentido, foi o Gilberto Freyre de *Casa-Grande & Senzala*. Precursor na linguagem, precursor no tratamento de temas-tabu, como sexualidades, tratadas sem constrangimento e até com sofreguidão; precursor no rastreamento das religiosidades cotidianas, dos usos e costumes da casa-grande, da culinária, das afetividades. Precursor ao enfrentar as barreiras da raciologia cientificista que dominava o pensamento brasileiro desde o século XIX e propor a fusão de brancos, índios e negros também no plano das culturas em contato. (2009, p.224)

É importante frisar que os livros foram escritos em um momento de transformações políticas, a "República Velha" ficava no passado e a ditadura de Vargas ainda não estava totalmente estabelecida, o poder político e econômico havia se deslocado do Nordeste para o Sudeste urbano. Inseridos nesse contexto histórico, ambos os intelectuais, entre outros, buscavam uma "identidade brasileira", apesar de Freyre revelar certo saudosismo com a influência portuguesa e Buarque considerá-la um fardo.

Nos anos 1920, 1930, o ensino de História tentou incorporar as mudanças propostas pelo movimento escolanovista, buscando superar a memorização como cerne do processo. (BERUTTI; MARQUES, 2009). Apesar das propostas de mudanças metodológicas para o ensino de História, continuou sendo fundamental o domínio de um extenso conteúdo, apesar do número reduzido de horas-aulas, favorecendo o ensino/aprendizagem "bancária". (BITTENCOURT, 2009). Durante o "Estado Novo", 1937 a 1945, em razão do quadro político e ideológico marcado pelo autoritarismo, repressão e censura, o ensino de História enfatizou o patriotismo, valorizando a figura dos "heróis" nacionais. (BERUTTI; MARQUES, 2009).

A partir dos anos 1950, 1960 e 1970, influenciada pela polarização resultante da "Guerra Fria" e suas repercussões internas, a historiografia brasileira utiliza como principal referencial uma visão marxista ou estruturalista para analisar o Brasil anterior

a 1808, destacando uma economia baseada na exportação de escravos, vinculada ao desenvolvimento de um capital mercantil, nessa perspectiva se destaca o Caio Prado Júnior, com o livro "Formação do Brasil Contemporâneo", de 1942, que inaugura a busca por um "sentido da colonização". O autor defende uma rígida continuidade entre o passado colonial e o presente do país. (SCHWARTZ, 2009). As interpretações presentes na obra de Caio Prado, obtiveram muito sucesso nas décadas seguintes, influenciando outras obras importantes para a historiografia brasileira, e também sendo incorporadas aos livros didáticos e conseqüentemente ao ensino escolar.

Esses autores, entre outros não citados, forneceram uma interpretação coerente sobre o nosso passado, eliminando as cronologias políticas, destacando a dependência econômica, de classe e de raça como elementos centrais da História brasileira. Esse modelo interpretativo orientou a maior parte dos trabalhos realizados entre os anos de 1960 e 1980, porém reduziu ou excluiu a participação de grandes segmentos da sociedade. (SCHWARTZ, 2009).

No período posterior a Segunda Guerra Mundial, o ensino como um todo, sob influência da UNESCO, passou a se preocupar com a formação relacionada à cidadania e à paz. Procurou-se também, resgatar o papel crítico da História, entendida como ferramenta para uma efetiva compreensão do social. (BERUTTI; MARQUES, 2009).

No Brasil, surgem críticas e propostas de mudanças, principalmente por parte dos professores formados pelos cursos de História das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (FFCLs), aos métodos que organizavam e desenvolviam os conteúdos como um fim em si mesmo. (BITTENCOURT, 2009).

O objetivo principal era concretizar novos métodos nessas escolas, buscando aliar renovação metodológica e mudanças de conteúdos, de modo a repensar a função social e política da História. Percebe-se os motivos que levaram a Ditadura Militar

brasileira a fechar essas escolas, limitando as mudanças metodológicas ao seu caráter técnico. (BITTENCOURT, 2009). Na prática, essas preocupações não se refletiram de maneira efetiva no ensino de História.

A partir dos anos 70, e principalmente nos 80, a produção historiográfica brasileira foi impactada, de certo modo com atraso, pela historiografia francesa das mentalidades, ou "Nova História". "Nos anos 1970, tempo de regime militar consolidado, tempo em que os cursos de história das universidades públicas faziam as vezes de oposição consentida ao regime e implantavam, silenciosamente, seus cursos de pós-graduação, as referências e preocupações se mesclaram a certas novidades, sem contudo abrirem a pesquisa às correntes que revolucionavam a historiografia europeia, sobretudo na França." (VAINFAS, p.226). Em relação a historiografia britânica dedicada a "História Cultural", a assimilação foi ainda mais lenta e gradual, porém com as transformações ocorridas na sociedade brasileira, principalmente devido a crise da "Ditadura Militar" no plano interno e a queda do muro de Berlim no plano internacional, 1989, estimularam a assimilação dessas correntes historiográficas que já estavam consolidadas na Europa. Vainfas conclui que, "O arejamento do ambiente universitário, enfim livre dos compromissos políticos de combate ao regime de exceção e, de quebra, livre das patrulhas ideológicas, teve peso decisivo nesta inflexão historiográfica." (2009, p.229).

Esse período também marca uma

grande expansão dos estudos históricos, das pesquisas e publicações de livros, artigos e revistas, impulsionada pela criação dos inúmeros cursos de pós-graduação no País, pelo próprio crescimento do mercado editorial e, não menos, pela intensa pressão da resistência política organizada, formal e informalmente. (RAGO, 1999, p.73).

O aumento das produções historiográficas no Brasil coincide com o momento em que o marxismo deixava de ser o modelo privilegiado de interpretação do passado, outros sujeitos foram sociais foram incluídos, desde negros, mulheres, homossexuais, presidiários, pessoas "comuns", entre outros grupos que costumavam ter pouca relevância para a historiografia tradicional.

No contexto da "abertura política", houve uma retomada da luta por um ensino de História politizado e pelo fim da disciplina de Estudos Sociais, culminando, na década de 80, em transformações importantes, como a absorção das novas produções historiográficas. (BERUTTI; MARQUES, 2009).

Sobre o ensino escolar nos anos 70, Bittencourt escreve, "prevaleceram mudanças relativas aos métodos e técnicas de ensino que visavam adequar-se a determinado e reduzido conhecimento histórico, sem que essencialmente os conteúdos fossem alterados, mas apenas simplificados e resumidos." (2009, p.99).

A partir dos anos 1980, seguindo outros países, o Brasil iniciou a reformulação do seu currículo oficial. O projeto brasileiro pauta-se pelo atendimento às camadas populares, voltado para uma formação política, buscando o fortalecimento da participação de todos os setores no processo democrático, juntamente com projetos vinculados aos das políticas liberais, voltadas para o interesse internacional. (BITTENCOURT, 2009). "As críticas ao ensino de História voltaram-se contra uma "História tradicional", e pôde-se constatar a renovação de conteúdos e métodos por parte de muitos professores que enfrentavam nas salas de aula, o desafio de trabalhar com alunos de diferentes condições sociais e culturais". (2009, p.228). Essa década também marca a divulgação de estudos sobre o processo de aprendizagem que enfatiza o papel do aluno como sujeito e construtor do conhecimento. (BERUTTI; MARQUES, 2009).

A historiografia contemporânea ampliou consideravelmente os temas, as fontes, as abordagens e principalmente os objetos de estudo. A escrita da História ganhou novos espaços e também novos instrumentos, estabelecendo, por exemplo, diálogos interdisciplinares com outras áreas do conhecimento, como a antropologia, geografia, sociologia, psicologia, filosofia, entre outras, possibilitando um processo de investigação cada vez mais apurado e consciente do passado histórico, valorizando diferentes elementos da cultura humana. Essa tendência reafirmou que a História do "outro" também contém significados e representações muito relevantes para compreender as ações do homem no tempo.

Em resumo, a historiografia tem passado por grandes mudanças, podemos perceber que uma das mais significativas foi a absorção por parte da historiografia brasileira do modelo historiográfico surgido com a "Escola dos Annales", em 1929. Até então a História era vista sob o paradigma tradicional, porém os "Annales" renovaram e ampliaram as pesquisas históricas ao inserir o estudo de atividades humanas até então pouco analisadas. A aceitação e consideração de "todos" os elementos contidos numa representação do passado é uma característica das tendências da historiografia contemporânea. É importante lembrar que mesmo no interior de uma mesma geração é possível encontrar diferentes filiações simultâneas.

Essa forma de abordar o conhecimento histórico vem favorecendo a inclusão de uma série de temas que, articulados ao ensino de História, apresentam maiores possibilidades de vinculação à realidade. A tarefa de construir um saber histórico voltado para a vida, para os problemas contemporâneos, que possibilite explicar as bases materiais sobre as quais se assenta nossa sociedade e reconhecer os rumos para onde ela está nos conduzindo, significa permitir ao aluno explorar a relação dinâmica

que une o passado, presente e futuro. Não se pode compreender o presente sem conhecer o passado, nem conhecer o passado ignorando o presente.

É importante frisar que o historiador produz conhecimentos válidos, mas não isentos de escolhas, assim todo trabalho historiográfico tem caráter limitado e seletivo. Limitado porque, por mais ampla que seja a pesquisa atinge apenas partes de um universo de estudo, seletivo, porque cada autor escolhe e recorta o tema de sua pesquisa, delimitando o foco do seu olhar. É fundamental empenhar-se para que os alunos desenvolvam o senso crítico em relação aos conteúdos, resignifiquem seus significados e construa seu próprio saber. Em outras palavras, jamais se deve encarar os livros, documentos, professores, notícias, e etc., como reflexos da verdade, pois todos são partes constitutivas da realidade e das relações sociais.

Atualmente, os currículos escolares, assim como o trabalho em sala de aula, buscam acompanhar o desenvolvimento dos estudos históricos acadêmicos. A "História tradicional", baseada em fatos, nomes e datas, está sendo substituída por modelos historiográficos atuais, como foi descrito anteriormente, abandonando o etnocentrismo, valorização da cultura europeia em detrimento das outras, em favor de uma visão pluralista.

CAPÍTULO 3

REFLEXÕES SOBRE CONTEÚDOS REFERENTES À AMÉRICA PORTUGUESA DISPONIBILIZADOS EM SITES EDUCACIONAIS

As discussões sobre as leituras realizadas através da internet voltam-se principalmente para uma dimensão fundamental do projeto de cidadania, que é a formação, e não o simples "adestramento", dos sujeitos sociais. A partir dessa concepção analiso os sites "Brasil Escola", "Sua Pesquisa", "História do Brasil" e "Resumo Escolar" para perceber se os mesmos estão adequados a essa expectativa. Os sites analisados foram encontrados através do serviço de buscas "Google", utilizando as palavras chaves "Brasil colônia ou América portuguesa".

De maneira geral, os sites precisam oferecer um conteúdo diversificado, correto e atualizado, de modo que seu uso potencialize o desenvolvimento das diversas competências propostas para o ensino de História. Além disso, precisa ser bem estruturado, apresentar hiperlinks, imagens, mapas, a fim de dinamizar as análises feitas a partir do texto e que possam ser utilizadas como fontes de conhecimento e reflexão. Sobre essa temática Keski escreve,

A Internet é caracterizada por um entrelaçamento complexo de informações textuais e audiovisuais, umas podendo conduzir a outras, de sorte que sentidos são continuamente construídos pelo leitor, que os gera permanentemente por meio do percurso, em uma espécie de labirinto, onde conjunto de palavras, imagens e sons se entrelaçam, muitas vezes sem ponto de partida, sem ponto de chegada. (2008, p.132).

O primeiro site analisado é o "Brasil escola", em seu apêndice "Brasil colônia", disponível em: m.brasilecola.uol.com.br/historiab/brasil-colonia.htm. A página cita o

autor do texto, mas não disponibiliza maiores informações, assim como não indica seu público ou os objetivos. A data de publicação do artigo é omitida, não sendo possível saber a quanto tempo a página está disponível para consulta ou quando foi atualizada. Um ponto positivo é a existência de hiperlinks, links inseridos no corpo do texto, que possibilitam aos usuários partirem de um assunto mais amplo para um tema mais específico, cito como exemplo, hiperlinks que direcionam para temas como: "descobrimento", "Tomé de Souza", "rebeliões nativistas", "rebeliões separatistas", entre outros. A página não apresenta referências bibliográficas, leituras complementares, ou qualquer outra indicação de leitura que não tenha sido produzida para o site, limitando as informações disponíveis às contidas no "Brasil escola". Existe uma única imagem, uma tela do pintor Vitor Meirelles, retratando a primeira missa realizada no Brasil, sendo utilizada apenas de forma ilustrativa, não existindo a preocupação de contextualizar a imagem ou integrá-la ao texto de forma a estimular a reflexão, partindo, por exemplo, da relação entre religião e colonização ou a dificuldade de comunicação entre nativos e europeus.

Em relação ao conteúdo, o texto apresentado sobre o tema é uma síntese superficial, fato que é amenizado devido à existência de hiperlinks, como já foi citado. O texto é pautado por uma visão cronológica crescente, partindo do ano 1500 e finalizando em 1808, destacando principalmente fatos políticos ou econômicos, como, "exploração de pau-brasil", "Governo Geral", "ciclo econômico do ouro", "Brasil Holandês" e por fim, "crise do sistema colonial".

Logo no início do texto, aparece o termo "descobrimento" do Brasil, sem existir nenhum tipo de problematização ou de ampliação conceitual. Vale destacar, que o termo "descobrimento" está carregado de eurocentrismo, pois desconsidera a existência dos povos nativos no território posteriormente chamado de Brasil, fato que sequer é citado,

assim como não aborda as consequências do contato entre europeus e os nativos. "Chegada", "invasão", "conquista" ou "achamento" são alguns dos termos utilizados em substituição a "descobrimento". O mesmo acontece com o termo "Brasil Colônia", conceito que se difunde no século XIX, surgindo da necessidade de afirmação nacional, ou seja, os historiadores buscavam afirmar que o período colonial foi a semente do que viria a ser o Brasil propriamente dito, construindo uma confirmação do período em que viviam, através da ideia de que a nação já existia antes da Independência política. Considero mais adequado utilizar o termo "colônias portuguesas na América" ou "América Portuguesa", já que durante todo o período colonial não havia um sentimento de unidade entre as diversas províncias. Sobre esse tema Schwartz escreve,

Embora a maioria dos acadêmicos seja unânime em pensar que, nos primeiros tempos do Brasil Moderno, o país tinha uma relação classicamente colonial com a sua metrópole – Portugal – a maioria dos povos que viviam no Brasil durante os primeiros trezentos e vinte e dois anos acreditavam que residiam no “Estado do Brasil” ou no “Estado do Maranhão”. Esses dois Estados eram as duas unidades administrativas da *América portuguesa* e somente pouco a pouco os seus habitantes perceberam que seu *status* era de dependência ou colonial. (2009, p.176).

O autor também deixa subentendido que cada "ciclo econômico" ocupou um período específico, com início, meio e fim, ou seja, quando surgia interesse em um novo produto o "ciclo econômico" anterior simplesmente deixava de fazer parte da economia colonial, quando sabemos que na verdade esses "ciclos" coexistiram, apesar de em determinados momentos passassem a ter uma importância secundária, por exemplo, o pau-brasil foi exportado até o século XIX e o açúcar nunca deixou de fazer parte da economia brasileira, permanecendo assim até hoje. A teoria dos "ciclos econômicos" surge em 1937, com Roberto Simonsen, na obra "História econômica do Brasil", persistindo até os dias atuais, mesmo tendo sido contestada desde Caio Prado Júnior. O texto privilegia a ideia de ruptura, sem ressaltar as permanências. Outro exemplo, é a

conclusão do texto, quando o autor afirma, "Em 1808, a corte portuguesa deixou Portugal em direção ao Brasil, **dando início a um novo estágio de sua história**, tirando-o da condição de colônia e elevando-a a categoria de Reino Unido." (grifo nosso).

Também não existe nenhum tipo de questionamento sobre a intencionalidade, ou não, da viagem de Cabral ao Brasil, fato que é muito debatido nos círculos acadêmicos. Outro problema presente no texto é a pouca articulação entre o "Brasil" e o restante do mundo, já que o único fato histórico ocorrido fora da América que é citado é a Revolução Francesa, apontada como principal motivo para a crise do sistema colonial. Considero que o mais grave "esquecimento", diz respeito às "pessoas comuns", como pobres, mulheres, entre outros, que não aparecem em nenhum momento no texto, as formas de resistência, seja indígena ou negra, também não são citadas. Em resumo, a página se baseia em pressupostos da "História tradicional", é simplista e superficial, indicando que as informações contidas correspondem à verdade absoluta, não abrindo espaço para a reflexão ou interpretações diferentes, devido aos problemas apresentados, eu não indicaria essa página como fonte de consulta para os meus alunos.

O segundo site analisado tem o sugestivo nome de "Sua pesquisa", o Google me direcionou para uma página que tem como título "História do Brasil Colônia - O Período Colonial", disponível em: "suapesquisa.com/colonia/". De início, já se percebe que o título passa a impressão de que "toda a História" existente entre 1500 e 1789, período trabalhado na página, estivesse ali contida.

Segundo informações contidas no próprio site, o mesmo recebe, em média, 1 milhão de visitantes por mês, a maioria da região Sudeste, 41%, e cursando nível médio, 31%, ou universitário, 34%, o ensino fundamental corresponde a 22% do total. Entre os

usuários, 40% consideram o site excelente, 37% bom, e apenas 5% ruim ou péssimo. O site é abrangente, abordando diversas áreas do conhecimento, como "Artes e Literatura", "Educação e Esportes", "Geografia Geral", "Meio Ambiente", "Mundo Animal", entre outros. De acordo com o site, todo o conteúdo divulgado é produzido por uma equipe interna, apesar de não informar nomes ou funções.

A página é bem estruturada, apesar de algumas propagandas tornarem a navegação menos confortável. No rodapé da página encontramos links que trazem informações sobre o site, como: "contato", possibilita se comunicar com a equipe do site via e-mail, porém o site também conta com uma página no Facebook. "Objetivo", local onde são apresentados os objetivos gerais do site, transcrevo aqui a parte que considero mais importante, "O site Sua Pesquisa foi criado com o propósito de divulgar conhecimentos científicos, históricos, artísticos e culturais. Acreditamos que, desta forma, estamos colaborando para ampliar o desenvolvimento intelectual dos brasileiros, que acessam a Internet em busca de informações de qualidade", o fato dos objetivos serem apresentados de forma clara é positivo. A bibliografia utilizada também é apresentada, sendo que a maioria dos livros são sínteses, enciclopédias, livros didáticos, livros de introdução ou fundamentos, de modo que tendem a analisar os assuntos de forma mais generalista.

Ao fim do texto, o site possui a opção "Temas relacionados", direcionando o internauta a outros assuntos, como: "Capitanias Hereditárias", "Ciclo do Açúcar no Brasil", "Escravidão no Brasil", "Os Bandeirantes", "Tiradentes", entre outros, porém o link que considero mais interessante é "Livros sobre o Brasil Colônia", local onde os autores do site indicam leituras complementares. Outro ponto positivo é o link intitulado "Trabalho Escolar", onde é possível ter acesso a orientações fundamentais, explicadas de forma simples, objetiva e didática, para a elaboração de pesquisas escolares, sabemos

que muitas vezes os professores, por diversos motivos, não orientam corretamente seus alunos antes de direcioná-los para a elaboração de uma pesquisa.

O texto é um resumo superficial, sendo dividido em subtópicos, são eles: “O Período Pré-Colonial: A fase do pau-brasil (1500 a 1530)”, “A fase do Açúcar (séculos XVI e XVII)”, “Administração Colonial”, “A economia colonial”, “A sociedade colonial”, “Invasão holandesa no Brasil”, “Expansão territorial: bandeiras e bandeirantes”, “O Ciclo do Ouro: século XVIII”, “Desenvolvimento urbano nas cidades mineiras”, “Revoltas Coloniais e Conflitos”. É possível perceber que o site aborda uma divisão mais influenciada pela historiografia contemporânea, não utilizando apenas fatos políticos ou econômicos como marcos, buscando separar os assuntos trabalhados por temas. A página opta por utilizar o termo “chegada”, explicando os motivos da não utilização do termo “descobrimento”, assim como cita, mesmo não se aprofundando, a existência dos povos nativos no território. A preocupação com os indígenas também aparece na passagem sobre os bandeirantes, apesar de não problematizar o site não omiti que um dos objetivos principais era o aprisionamento dos indígenas. Essa questão dos bandeirantes é complexa, antes vistos como heróis nacionais, desbravadores, posteriormente apresentados como sanguinários ou assassinos, imagens que remetem ao bem ou ao mal, maniqueísmos e simplificações que devem ser evitados na historiografia.

Nessa mesma passagem há uma imagem do bandeirante Domingos Jorge Velho, sem créditos da imagem ou a autoria, em que ele aparece calçado com botas de montar e vestidos com calça de veludo e casaca de couro almofadado, a pesquisa histórica já revelou uma realidade bastante diferente, a maioria andava descalço e com roupas simples, essa modificação está diretamente ligada a construção do mito em torno dos bandeirantes, algo que devia ser aproveitado pelo autor na utilização da imagem. Seria

importante citar que a maioria das imagens conhecidas dos bandeirantes foram feitas muito tempo depois da época em que eles viveram. Os mesmos problemas também se fazem presente nas outras 3 imagens utilizadas, intituladas “Engenho de açúcar da época colonial”, “O trabalho escravo num engenho de açúcar”, “Igreja de Ouro Preto”, todas não exploradas ou analisadas, utilizadas apenas de forma ilustrativa.

Infelizmente os negros só são citados como mão de obra escrava, não existindo nenhuma passagem que amplie a visão tradicional, como destacar os movimentos de resistência, a resistência individual ou o modo de vida anterior à escravidão.

No tópico intitulado “Sociedade Colonial”, o texto passa a imagem de uma sociedade estratificada, onde as mulheres eram sempre submissas e passivas, quando sabemos que na prática as mulheres possuíam seu espaço de atuação, mesmo que limitado, sem contar os casos excepcionais de mulheres que se destacaram e atuaram em espaços sociais até então restringidos a elas. O principal destaque negativo é o tópico “Revoltas Coloniais e Conflitos”, onde o autor cita apenas as motivações principais e os líderes dos movimentos.

Após a análise fica claro que o site possui pontos positivos e interessantes, porém de modo geral o corpo de texto é superficial, narrativo, de forma que não estimula os alunos a refletirem, problematizarem ou contextualizarem as informações veiculadas.

O terceiro site analisado chama-se "História do Brasil", que em sua página oficial no Facebook conta com mais de 7 mil “curtidas”, a página está disponível em: “historiadobrasil.net/colonia/”. O design do site se assemelha ao do site analisado anteriormente. No alto da página existe uma barra de pesquisa que permite aos usuários buscarem variados conteúdos contidos no site. No rodapé da página encontramos informações sobre o site, como: "Contatos", é possível se comunicar com os

responsáveis via e-mail ou Facebook. Destaca-se pela rica bibliografia utilizada como referência para a produção dos seus artigos, além de indicar uma bibliografia específica para cada tema pesquisado. Outro ponto positivo é a indicação de filmes e documentários, facilitando a interação entre meios textuais e audiovisuais, ampliando assim as possibilidades de absorção de conhecimentos, porém o grande destaque dessa área do site é a seção "Documentos", nesse local os "navegadores" tem acesso a documentos digitalizados relacionados à História do Brasil, infelizmente não contém nenhum documento sobre o período aqui analisado, sendo o documento mais antigo uma declaração de Eduardo Angelim, um dos líderes da "Cabanagem", em 1835.

O site não informa o autor, ou autores, da página analisada, assim como não informa a data de publicação, os objetivos ou o público-alvo. É utilizada apenas uma imagem de Martin Afonso de Souza, descrito como "Um dos pioneiros da colonização do Brasil", claramente há um "esquecimento" sobre o processo de ocupação da América, incluindo o território hoje delimitado como Brasil, iniciado há pelo menos 10 mil anos segundo a teoria mais aceita e tradicional, problema que também foi encontrado nos outros sites até o momento analisados.

O texto está dividido por tópicos, de modo que os assuntos relatados não interagem entre si, mais uma vez a ideia de ruptura prevalece no texto. Não existem hiperlinks no corpo do texto, dificultando a ampliação do conhecimento. O modelo de divisão adotado é o de "ciclos econômicos", modelo que já foi criticado anteriormente. O último ponto abordado é o "ciclo de ouro", sendo mais uma vez apenas destacados os fatores econômicos, omitindo-se totalmente os sujeitos históricos. Outro problema é ausência de esclarecimentos sobre o processo que culminou no fim do status de colônia, quando o território passou a ser considerado Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1815, devido à transferência da corte portuguesa para a sua mais rica

colônia, essa situação perdurou até a Independência política, 1822, quando o território passou a ser Império do Brasil.

De modo geral, a página possui um texto extremamente simplista, atrelado à historiografia tradicional, sem destacar continuidades, processos, sujeitos ou interpretações complementares e/ou opostas, dessa forma não problematiza as questões apresentadas, não estimulando os alunos a refletirem sobre as informações acessadas e consequentemente não refletindo sobre a História brasileira e a construção da mesma.

O quarto e último site analisado intitula-se “Resumo Escolar”, e está disponível em: “resumoescolar.com.br/historia-do-brasil/resumo-do-brasil-colonia/”. Inicialmente uma grande propaganda em vídeo aparece em toda a tela, distraindo e atrapalhando o acesso. Esse problema permanece durante o período em que permanecemos no site, já que outra propaganda menor aparece na tela dentro de determinado período de tempo. O site não aborda somente o conhecimento histórico, é possível encontrar links para outras disciplinas como, Artes, Biologia, Espanhol, Geografia, Matemática, entre outros. São omitidos a autoria do site, a data de publicação ou alteração do artigo, o objetivo, os recursos de comunicação com o site, porém o público-alvo é apresentado, segundo a página, “No Resumo Escolar você encontra conteúdos para estudante de todos os níveis.”, percebe-se que o site busca atingir estudantes de variadas séries e idades, consequentemente, estudantes com interesses, capacidades, intenções bem variadas. Referências bibliográficas, leituras complementares, livros, vídeos, documentários e documentos também não foram incluídos, limitando as informações ao texto propriamente dito, porém no corpo do texto é possível ter acesso a hiperlinks que direcionam a temáticas diversas como, por exemplo, “Independência do Brasil”, “Portugueses”, “Capitanias hereditárias”, “Governo Geral” e “Pacto Colonial”. Ao longo da análise dos sites, percebemos que essas categorias que direcionam os alunos

para ampliar seus conhecimentos se mantêm, de certo modo limitando os caminhos seguidos pelos usuários. Apenas uma imagem é utilizada, um mapa do território brasileiro dividido em capitanias hereditárias, sem créditos ou qualquer legenda sobre o significado, ou seja, apenas de forma ilustrativa, repetindo assim um erro já encontrado anteriormente.

O texto em si apresenta pontos positivos apesar do caráter de síntese. Logo no início o texto delimita o período colonial entre 1500 e 1822, quando afirma: “O Brasil Colônia é o período que se estendeu em nosso território de 1500 até a Independência do Brasil, **que se estabeleceu por completo em 1822.**” (grifo nosso). É interessante a frase transmitir a ideia de que a Independência política do Brasil foi um processo que se consolidou em 1822, demonstrando que antes de determinado fato histórico existe um processo que possibilita sua aplicação. De início, o texto fixa-se na questão do pau-brasil, deixando claro que apesar de não está subdividido por ciclos econômicos eles são os grandes delimitadores do processo de transformações ocorridos. Os povos nativos, e seu modo de vida anterior, não são apresentados, contextualizados e problematizados, de forma que se o aluno não possuir um conhecimento prévio sobre o tema vai prejudicar seu modo de interpretar os fatos.

Um ponto positivo aparece quando o autor do texto utiliza o termo invasores entre aspas para designar os outros europeus que vieram explorar o pau-brasil. É importante o termo está entre aspas porque esses homens e mulheres de outras nacionalidades estavam “invadindo” o território a partir do olhar português, devido ao Tratado de Tordesilhas.

Em seguida, o texto apresenta a “fase do açúcar – século XVI E XVII”, repetindo um erro já encontrado em análise anterior, transmitindo a ideia de que a partir

do século XVII o açúcar deixa de ser importante, quando sabemos que atualmente o Brasil é o maior produtor do mundo de cana-de-açúcar e seus derivados, como o etanol. Essa passagem também marca a primeira vez no texto que os negros são citados, e mais uma vez apenas por sua utilização como mão de obra escrava, sem qualquer preocupação de indicar as motivações e consequências do fato. A próxima temática analisada é “capitanias hereditárias” e mais uma vez a ideia de que as transformações ocorridas são instantâneas permanece, o autor não contextualiza as motivações ou os interesses envolvidos, assim como a consequência no âmbito interno dessas mudanças.

O próximo ponto é “Governo Geral”, ou seja, os fatos políticos são destacados e apresentados, em contrapartida os sujeitos históricos estão ausentes, distanciando assim o leitor dos fatos ocorridos. O último tópico é “A economia do Brasil colônia”, apesar de já terem sido trabalhados temas ligados à economia, esse tema volta em um tópico exclusivo, deixando claro que o texto se preocupa principalmente com os fatos políticos e econômicos, característica básica da historiografia tradicional. Nesse mesmo parágrafo o autor caracteriza que o único fator que possibilitou a Independência política do Brasil foi a vinda da família real portuguesa, ele afirma, “O pacto seguiu até 1808, ano em que a família real portuguesa chegou ao Brasil, **possibilitando sua independência** em 1822.” (grifo nosso).

O texto apresenta características marcantes da historiografia tradicional, apesar de em alguns pontos buscarem absorver características da historiografia contemporânea; de modo geral, acredito que a página não contribui para uma ampliação dos conhecimentos dos usuários, sendo bem básica e resumida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do estudo que resultou nessa monografia buscamos responder nossa questão diretriz: “De que maneira os quatro sites analisados estão transmitindo o conhecimento histórico relativo ao período colonial brasileiro?”. Desse modo foi possível tecermos algumas conclusões. Entendemos que estas são iniciais, pois ao reanalisar o objeto de estudo nos depararemos com novas percepções e outras conclusões. Isso não empobrece o trabalho científico, mas o enriquece, uma vez que possibilita múltiplos olhares. Nesse sentido, entendemos a importância do profissional em educação em entender e compreender as ferramentas utilizadas pelos alunos, nesse caso sites didáticos, que estão relacionados aos processos de ensino e de aprendizagem.

Considero que os sites analisados não contribuem de forma significativa para a construção do conhecimento, devido aos inúmeros problemas apresentados, alguns deles de forma sistemática. De modo geral, são superficiais, memorísticos, narrativo-descritivos, baseados na historiografia tradicional, valorizando a análise econômica e política, omitindo os sujeitos históricos, não buscando problematizar as informações, contextualizar de forma ampla, apresentar visões divergentes sobre o mesmo fato histórico, pouca ligação entre os fatos abordados e a realidade do aluno, além de outros problemas, como, as imagens são utilizadas apenas de forma ilustrativa, perdendo-se uma oportunidade de transmitir conhecimento por outra via que não apenas a textual.

É preciso que os sites didáticos sejam utilizados não apenas como fonte de informações, mais como um instrumento didático, que promova o desenvolvimento de competências necessárias para a vida, tais como a observação, a crítica, a análise, a

reflexão, mas para isso os alunos e professores precisam saber compreender se aquele determinado site atende suas expectativas e necessidades.

Ao final da investigação, constatamos que realizar análise de conteúdo pode despertar nos professores de História um olhar crítico e investigativo frente ao processo de seleção de materiais didáticos disponibilizados na internet.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSEN, Elenice Larroza (org.). **Multimídia digital na escola**. 1 ed. São Paulo: Paulinas, 2013. – 236 p. (Coleção mundo digital) BAGNO, Marcos. **Pesquisa na escola. O que é? Como se faz?**. 23 ed. São Paulo: Loyola, 2009. - 147 p.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. 5 ed. Campinas: Autores associados, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Geografia. Brasília.1998

BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 4 ed. - São Paulo: Contexto, 2001. - (Repensando o Ensino).

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. - 3 ed. - São Paulo: Cortez, 2009 - (Coleção docência em formação. Série ensino fundamental / Coordenação Antônio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimenta).

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo, SP: Cortez, 2005. 408 p.

BERUTTI, Flávio; MARQUES, Adhemar. **Ensinar e aprender história**. Belo Horizonte: RHJ, 2009. 188p.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BROCK, Colin; SCHWARTZMAN, Simon (Org.). **Os Desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 2005. 318 p.

DELORS, Jacques (Org.). **A educação para o século XXI: questões e perspectivas**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 7 ed. Campinas: Autores associados, 2005. - (Coleção educação contemporânea)

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas, SP: Papirus, 2003. - (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico)

FREIRE, Fernanda. **A leitura nos oceanos da internet** / Fernanda M. P. Freire, Rubens Queiroz de Almeida, Sergio Ferreira do Amaral; Ezequiel Theodoro da Silva, coord. – Cortez, 2003.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança** / Paulo Freire; tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. - (Coleção Educação e Comunicação vol. 1)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação brasileira.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

HILDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira.** São Paulo: Thomson, 2003.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos extremos. O breve século XX (1914-1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JUSTINO, Marinice Natal. **Pesquisa e recursos didáticos na formação e política docente.** Curitiba: Ibepex, 2011.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância.** 5 ed. Campinas, SP: Papirus, 2008. 157 p.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo.** *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORAN, José Manuel. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica** / José Manuel Moran, Marcos T. Masetto, Marilda Aparecida Behrens. - Campinas, SP: Papirus, 2000. - (Coleção Papirus Educação)

MORAN, Jose Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** 16. ed. Campinas, SP: Papirus, 2009. 173 p. (Coleção Papirus educação)

RAGO, Margareth. **A "nova" historiografia brasileira.** Anos 90, Porto Alegre, n.11, julho de 1999.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. **Ensinar História** / Maria Auxiliadora Schmidt, Marlene Cainelli. - São Paulo: Scipione, 2004. - (Pensamento e ação no magistério).

SELBACH, Simone (supervisão geral). **História e didática.** - Petrópolis RJ: Vozes, 2010. - (Coleção Como Bem ensinar/coordenação Celso Antunes) Vários autores.

SILVA, Marcos; FONSECA, Selva Guimarães. **Ensinar História no século XXI: Em busca do tempo entendido.** Campinas, SP. Papirus, 2007.

SCHNEIDER, Henrique Nou. LACKS, Solange. (ORG.). **Educação no século XXI - Desafios e perspectivas.** 1ed. Aracaju: Editora UFS, 2012.

TAJRA, Sanmya Feitosa. **Informática na educação.** 8. ed., rev., ampl. São Paulo: Érica, 2011 198 p.

TEDESCO, João Carlos (Organizador); BERLINER, Cláudia; LEITE, Silvana Cobucci (Tradutora). **Educação e novas tecnologias: esperança ou incerteza?.** São Paulo, SP: Cortez: UNESCO, 2004. 255 p.

VAINFAS, Ronaldo. **História Cultural e Historiografia Brasileira**. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 50, p. 217-235, jan./jun. 2009. Editora UFPR

SWHAWRTZ, Stuart B. **A historiografia dos primeiros tempos do Brasil moderno. Tendências e desafios das últimas duas décadas**. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 50, p. 175-216, jan./jun. 2009. Editora UFPR

REFERÊNCIAS NA INTERNET

BBC Brasil. Disponível em:

http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150910_vizinhos_refugiados_lk
acesso em: 18/11/2015 às 13:06

BBC Brasil. Disponível em:

http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151012_crise_siria_entenda_rb
acesso em: 18/11/2015 às 17:38

Brasil escola. Disponível em: www.m.educadorbrasilecola.com/orientacoes/a-importancia-pesquisa-na-escola.htm acesso em: 20/09/2015 às 23.30

Carta Capital. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/internacional/crise-humanitaria-direito-moralidade-e-solidariedade-139.html> acesso em: 19/11/2015 às 21:27

Carta Educação. Disponível em: <http://www.cartaeducacao.com.br/aulas/a-alemanha-de-merkel-e-a-crise-dos-refugiados/> acesso em: 19/11/2015 às 22:02

Carta Maior. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/A-internet-cara-e-lenta-do-Brasil/12/33716> acesso em 03/10/2015 às 13:34, acesso em: 19/11/2015 21:21

Correio Braziliense. Disponível em: http://correio braziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_educacaobasica/2015/03/11/ensino_educacaobasica_interna,474980/universalizacao-do-ensino-levara-30-anos-diz-unicef.shtml acesso em: 01/12/2015 às 17:50

Educar para crescer. Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/politica-publica/lei-diretrizes-bases-349321.shtml> acesso em 12/06/2015 às 22:13

Educar para crescer. Disponível em: www.educarparacrescer.abril.com.br acesso em 20/09/2015 às 22:51

El país Brasil. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/m/tag/refugiados/a/> acesso em: 18/11/2015 às 14:41

Estadão. Disponível em: <http://m.educacao.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-e-o-60-colocado-em-ranking-mundial-de-educacao,1686720> acesso em: 01/12/2015 às 18:13

Globo Notícias. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/09/quase-60-dos-alunos-nao-usam-internet-na-escola-publica-diz-cetic.html> acesso em 03/10/2015 às 16:32

Globo Notícias. Disponível em: <http://g1.globo.com/noticias/2014/01/brasil-e-o-8-pais-com-mais-analfabetos-adultos-diz-unesco.html> acesso em: 07/10/2015

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#indicadores acesso em 18/06/2015 às 13:44

http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#indicadores acesso em 12/06/2015 às 22:22

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse> acesso em 19/08/2015 acesso em 12/06/2015 às 23:50

Ministério da Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20264 acesso em 18/06/2015 às 14:09

Palácio do Planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm acesso em 13/06/2015 às 17:12

Recanto das letras. Disponível em: www.recantodasletras.com.br/artigos/2635529 acesso em 20/09/2015 às 23:47

Revista Carta Capital. Disponível em: <http://cartacapital.com.br/internacional/perguntas-e-respostas-crise-imigratoria-na-europa-9337.html> acesso em: 18/11/2015 às 15:02

Revista Época. Disponível em: <http://epoca.globo.com/tempo/noticias/2015/09/seis-perguntas-para-entender-a-crise-humanitaria-de-refugiados-na-europa.html> acesso em 18/11/2015 às 11:51

Revista Exame. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/pesquisa-mostra-que-96-dos-jovens-usam-a-internet-todos-os-dias> acesso em: 25/11/2015 às 20:10

Todos pela educação. Disponível em: http://www.todospelaeducacao.org.br/indicadores-da-educacao/5-metas?task=indicador_educacao&id_indicador=138#filtros acesso em 12/06/2015 às 21:33

Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-na-midia/indice/35221/uso-de-internet-pelo-celular-cresce-entre-estudantes-e-professores-diz-pesquisa/> acesso em 03/10/2015 às 15:50

UOL educação. Disponível em:

<http://tecnologia.uol.com.br/noticias/redacao/2015/09/15/mais-de-32-milhoes-de-domicilios-brasileiros-nao-tem-acesso-a-internet.htm> acesso em 13/08/2015

UOL educação. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2014/09/18/brasil-ainda-tem-13-milhoes-de-analfabetos-com-15-anos-ou-mais.html> acesso em 11/11/2015 às 19:49

UOL educação. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2015/10/31/cresce-diferenca-de-desempenho-entre-ricos-e-pobres-ate-em-escolas-publicas.html> acesso em: 11/11/2015 às 18:30

UOL tecnologia. Disponível em:

<http://tecnologia.uol.com.br/noticias/redacao/2015/07/28/80-dos-jovens-e-criancas-acessam-a-internet-pelo-celular-todos-os-dias.htm> acesso em: 20/11/2015 às 20:34